

Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

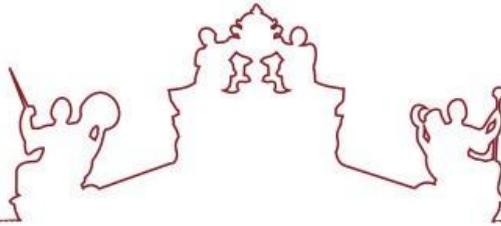
Dissertação

**Contributos para Compreensão do Problema do
Desemprego Jovem em São Tomé e Príncipe**

Amício do Nascimento Fernandes

Orientador(es) | Maria da Conceição Rego
Pedro Damião Henriques

Évora 2025



Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

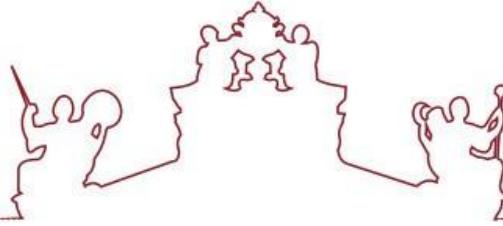
**Contributos para Compreensão do Problema do
Desemprego Jovem em São Tomé e Príncipe**

Amício do Nascimento Fernandes

Orientador (es) | Maria da Conceição Rego
Pedro Damião Henriques

Évora 2025





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora)

Vogais | Maria da Conceição Rego (Universidade de Évora) (Orientador)

Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Arguente)

Évora 2025



Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha querida mãe aos meus irmãos e todos os meus familiares com muito amor. Senhor Obrigado!

“O poder que rodeia os governantes pode corromper facilmente o homem firme, e por isso queremos que vivam modestamente e com o povo, não faça da tarefa recebida privilégio ou um meio de acumular bem e distribuir favores”.

Samora Machel

Resumo

O desemprego jovem em São Tomé e Príncipe é um problema estrutural que afeta o desenvolvimento económico e social do país. A pesquisa proposta busca entender esse cenário, analisando a economia e o mercado de trabalho local, com foco nos jovens. Foram avaliadas as causas do desemprego juvenil, como a falta de qualificação e de políticas eficazes, e revisadas iniciativas globais e locais voltadas para o emprego jovem e o impacto do desemprego jovem como, aumento da pobreza, emigração, perda de receita fiscal com aumento da economia informal. Além disso, o estudo propõe soluções, incluindo programas de capacitação, incentivo ao empreendedorismo e promoção de setores que possam absorver jovens no mercado. A abordagem metodológica foi predominantemente mista, utilizando entrevistas e questionários aplicados a especialistas e instituições relevantes no campo do desemprego juvenil em São Tomé e Príncipe. Para reforçar a base das conclusões, o estudo também fez uso de dados quantitativos, como estatísticas sobre o desemprego e a participação da juventude no mercado de trabalho, além de outros indicadores económicos. Este estudo proporcionará uma compreensão mais profunda sobre o desemprego jovem em São Tomé e Príncipe, abordando as causas e as políticas que podem ser adotadas para resolvê-lo. Ao incorporar tanto as opiniões de especialistas quanto dados concretos, as conclusões do estudo poderão servir de base para a implementação de políticas e ações que promovam um mercado de trabalho mais dinâmico e acessível para os jovens.

Palavras-chave: Emprego jovem, Desemprego jovem, Causas de desemprego jovem e Políticas de emprego jovem.

Abstract

Youth unemployment in Sao Tomé and Príncipe is a structural problem that affects the country's economic and social development. The proposed research seeks to understand this scenario, analyzing the local economy and labor market, with a focus on young people. The causes of youth unemployment, such as the lack of skills and effective policies, were assessed, and global and local initiatives aimed at youth employment and the impact of youth unemployment were reviewed, such as increased poverty, emigration, loss of tax revenue with an increase in the informal economy. In addition, the study proposes solutions, including training programs, encouraging entrepreneurship and promoting sectors that can absorb young people into the market. The methodological approach was predominantly mixed, using interviews and questionnaires applied to relevant experts and institutions in the field of youth unemployment in São Tomé and Príncipe. To reinforce the basis of the conclusions, the study also made use of quantitative data, such as statistics on unemployment and youth participation in the labor market, as well as other economic indicators. This study will provide a deeper understanding of youth unemployment in Sao Tome and Principe, addressing the causes and policies that can be adopted to address it. By incorporating both expert opinions and evidence, the study's findings could serve as a basis for implementing policies and actions that promote a more dynamic and accessible labor market for young people.

Keywords: Youth employment, Youth unemployment, Causes of youth unemployment and Youth employment policies.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço Deus por esse momento, a minha querida mãe e o meu irmão pela confiança, os colegas pela confiança e motivação durante o período da formação e por fim aos meus orientadores pela atenção, paciência e orientação adequada para uma melhor concretização deste trabalho.

A todos meu muito obrigado!

Conteúdo

Índice de Ilustrações	10
Lista de Siglas e Abreviaturas	11
Capítulo 1 INTRODUÇÃO	12
1.1. Enquadramento e Justificação do Tema	12
1.2. Problema e Questão da Investigação e Objetivos	13
1.2.1. Questão de Investigação	13
1.2.2. Objetivo Geral	13
1.2.3. Objetivos Específicos	14
1.3. Nota de Metodologia.....	14
1.4. Estrutura da Dissertação.....	14
Capítulo 2 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE O EMPREGO, DESEMPREGO E DESEMPREGO JOVEM E AS RESPECTIVAS POLÍTICAS	16
2.1. O desemprego jovem na transição para vida adulta	16
2.2. Conceito de desemprego Jovem em Africa	18
2.3. O Desemprego jovem	22
2.3.1 Causas de desemprego Jovem	24
2.3.2. Consequências do desemprego jovem	28
2.3.3. Políticas de Combate ao Desemprego	32
CAPÍTULO 3 – CARATERIZAÇÃO DA ECONOMIA, DO EMPREGO E DO DESEMPREGO EM STP	36
3.1. A economia e o Desemprego	36
3.2. Situação do Desemprego jovem	38
3.3. Exemplos de Políticas de Combate ao Desemprego jovem em STP ..	45
Capítulo 4 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	47
4.1. Métodos de recolha de Dados	47
4.2. Participantes.....	48
4.3. Instrumentos e Técnicas de Recolha de dados.....	48
4.4. Procedimento e tratamento dos dados.....	50
Capítulo 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
5.1. Caracterização dos Inquiridos do inquérito por questionário	52

5.2. Situação perante emprego e desemprego jovem dos inquiridos em STP	53
5.3. Perspetivas acerca do emprego e desemprego	58
5.4. Análise do Resultado Obtido com as Entrevistas.....	63
Capítulo 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6.1. Principais Conclusões	68
6.2. Limitações do Estudo	72
6.3. Implicações do Estudo	73
6.4. Sugestões de Investigações Futuras.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
Anexos.....	89
Anexo 1 Guião de Entrevista.....	89
Anexo 2 – Inquérito por questionário.....	94

Índice de Ilustrações

Figuras

Figura nº1 – Variação Percentual do PIB entre o ano 2002 a 2020.	37
Figura nº 2 – Participação na força de trabalho por sexo e faixa etária	40
Figura nº 3 – Participação na força de trabalho	41
Figura nº 4 – Taxa de Desemprego	42
Figura nº 5 – Motivos que impedem a atividade profissional (indivíduos acima de 15 anos)	43

Gráficos

Gráfico nº 1. Distribuição dos inquiridos por classes de idade	52
Gráfico nº 2. Nível de escolaridade dos inquiridos	53
Gráfico nº 3. Ocupação dos inquiridos	54
Gráfico nº 4. Principais barreiras à entrada no mercado de trabalho	55
Gráfico nº 5. Probabilidade de encontrar um novo trabalho	56
Gráfico nº 6. Tempo na situação de desempregado	56
Gráfico nº 7. Meio de subsistência dos inquiridos	57
Gráfico nº 8. Medidas tomadas pelos inquiridos para sair do desemprego.....	58
Gráfico nº 9. Hipótese de criar seu próprio emprego	59
Gráfico nº 10. Principais causas de desemprego Jovem.....	59
Gráfico nº 11. Impacto do desemprego Jovem na economia de São Tomé e Príncipe .	60
Gráfico nº 12. Dificuldades dos Jovens na incursão no mercado de trabalho.....	61
Gráfico nº 13. Estratégias e Políticas para Enfrentar o Desemprego Juvenil.....	62

Tabelas

Tabela nº 1- Tempo de desemprego por região	44
--	----

Lista de Siglas e Abreviaturas

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

CNCS - Conselho Nacional de Concertação Social

FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

IOF – Inquérito do Orçamento Familiar

MTAS - Ministério Trabalho e Assuntos Sociais

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNE – Política Nacional de Emprego

REINA – Rede Nacional de Incubadoras e Aceleração de Negócios

STP - São Tomé e Príncipe

Capítulo 1| INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e Justificação do Tema

São Tomé e Príncipe¹ enfrenta sérios desafios em relação à pobreza e ao desemprego. Em 2010, aproximadamente 66,2% da população vivia abaixo da linha da pobreza; em 2012, a taxa geral de desemprego era de 13,6%, mas com grandes diferenças entre homens e mulheres: enquanto a taxa masculina era de 9,3%, a das mulheres chegava a 19,7%. Os jovens são especialmente afetados, com 32,7% das pessoas desempregadas tendo menos de 24 anos, e mais da metade (59,6%) dos desempregados com menos de 34 anos.

Entre 2000 e 2015, a República Democrática de São Tomé e Príncipe apresentou uma taxa média de desemprego de 15%, sendo superada apenas pelo Gabão (20%) e pela República do Congo (16%). Em contraste, países como Camarões, República Centro-Africana, Chade e Guiné Equatorial registaram taxas de desemprego abaixo de 7%, enquanto a República Democrática do Congo e Burundi apresentaram taxas inferiores a 5%. (FAO (2019) citado em Pontes (2022), pp. 10) Essa realidade pode ser explicada por vários fatores, como: “i) o rápido crescimento populacional; ii) a falta de empregos, uma vez que a economia nacional é pouco produtiva, subfinanciada e dominada pelo setor informal; iii) um sistema educacional e de formação profissional que não atende às necessidades do mercado; uma fraca governança em termos de políticas de emprego; e iv) a ausência de uma estratégia eficaz para a inserção profissional, que poderia ser resolvida por uma parceria público-privada mais sólida, ligando a administração pública, sindicatos e o setor privado, incluindo instituições de formação profissional” (PNE (2016), pp. 1 - 2).

A razão pela qual estou realizando esta dissertação está ligada à minha experiência como jovem e ao fato de entender a realidade que muitos dos meus compatriotas enfrentam com

¹ <https://www.fao.org/sao-tome-e-principe/fao-em-sao-tome-e-principe/pt/>
(acedido em outubro de 2024)

o desemprego ao longo dos anos. O desemprego não só compromete o desenvolvimento individual, como também afeta diretamente o progresso do país. Até o momento, o governo não tem conseguido implementar políticas que resolvam efetivamente o desequilíbrio no mercado de trabalho, especialmente no que se refere à correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, considerando o perfil e as qualificações exigidas pelas empresas e outras instituições. Essa situação gera uma preocupação crescente entre os jovens, pois afeta o futuro da sociedade santomense, sobretudo no âmbito económico, já que o problema tem uma origem estrutural. Entretanto, tenho a expectativa de que este trabalho traga resultados que ajudem, de maneira sólida, a fornecer informações para entender as causas e os impactos do desemprego, além de auxiliar na criação de políticas de emprego mais eficazes para corrigir essa falha.

1.2. Problema e Questão da Investigação e Objetivos

A realidade de São Tomé e Príncipe mostra que o desemprego jovem é grande com impactos visíveis e invisíveis no bem-estar dos jovens, da população e do país.

1.2.1. Questão de Investigação

- Quais são as características do desemprego jovem em São Tomé e Príncipe?
- Quais são as políticas para reduzir o desemprego jovem e impulsionar o desenvolvimento do país?

1.2.2. Objetivo Geral

O principal objetivo desta investigação é procurar compreender distintas vertentes que caracterizam o problema do desemprego entre os jovens em São Tomé e Príncipe.

1.2.3. Objetivos Específicos

No que tange a objetivos específicos, o estudo procurará compreender aspetos seguintes:

1. Caracterização da economia, do emprego e do desemprego em STP,
2. Identificação das principais teorias explicativas sobre o emprego, desemprego e desemprego jovem e as respetivas políticas,
3. Caracterização das causas e consequências do desemprego jovem em STP,
4. Identificação de propostas de políticas para ultrapassar o desemprego jovem em STP.

1.3. Nota de Metodologia

Em função dos objetivos propostos pareceu-nos conveniente desenvolver uma investigação de natureza qualitativa, embora algumas informações possam ser corroboradas por dados quantitativos. Assim, a técnica de recolha dos dados recai numa investigação exploratória de natureza mista, de fontes primárias e secundárias com recuso as entrevistas e inquéritos por questionário bem como análise das referências bibliográficas. Os dados vão ser recolhidos, através de inquéritos e entrevistas, num processo de amostragem não probabilística, por conveniência do investigador e serão analisados parcialmente por meio de técnicas de estatística descritiva, o programa Excel e com base em técnicas de análise de conteúdo, sempre que tal se justifique e seja possível.

1.4. Estrutura da Dissertação

A dissertação está organizada da seguinte forma:

Capítulo I - Introdução

Capítulo II - Identificação das principais teorias explicativas sobre o emprego, desemprego e desemprego jovem e as respetivas políticas

Capítulo III - Caracterização da economia, do emprego e do desemprego em STP

Capítulo IV - Metodologia de Investigação

Capítulo V - Apresentação e Discussão dos Resultados

Capítulo VI – Considerações Finais,

Referências Bibliográficas,

Anexos.

Capítulo 2| IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE O EMPREGO, DESEMPREGO E DESEMPREGO JOVEM E AS RESPECTIVAS POLÍTICAS

Neste capítulo iremos abordar conceitos relativamente ao desemprego jovem e com base na revisão de literatura, artigos, relatórios e outras fontes de estudos.

2.1. O desemprego jovem na transição para vida adulta

“Para a população jovem, a transição da escola para o mercado de trabalho nem sempre corresponde a um percurso unidirecional, envolvendo a transição para o primeiro emprego; pode evidenciar contornos mais complexos associados aos processos de tentativa e erro no mercado de trabalho e ao retorno à escola” (Torres (2013) citado em Nogueira (2020), pp.35).

A juventude é um período específico do ciclo de vida, um período de transição da dependência para a independência, em que ainda estão a ser adquiridas competências, capacidades e conhecimentos. Aprender e ganhar são partes integrantes desta transição. Geralmente, o simples facto de ser jovem significa ter menos experiência de trabalho e de vida, menos acesso a recursos produtivos, incluindo terra e capital, e redes sociais mais limitadas e relevantes para o trabalho. Tudo isto pode potencialmente afetar a forma como os jovens entram no mercado de trabalho e os resultados associados às suas atividades profissionais. No caso das sociedades africanas, a maioria dos jovens trabalhadores supera estas barreiras, total ou parcialmente, mas apenas com o tempo, através da aprendizagem enquanto faz – trabalhando com os pais ou parentes, engajando-se na agricultura de pequena escala, em empregos de baixa remuneração ou como aprendizes, ou eventualmente herdando terras ou um negócio (Sumberg et al., 2020).

Segundo Sumberg et al. (2020), a juventude foi identificada como um grupo demográfico específico por uma razão, é uma fase do ciclo de vida, quando o corpo e o cérebro ainda estão em desenvolvimento. Os jovens têm necessidades especiais e vivem dentro de uma cultura, de um conjunto de normas e costumes e de um sistema jurídico formal e informal que pode prescrever ou exigir certos comportamentos que interferem

na procura de emprego e na independência económica. Estas restrições ao comportamento quase sempre diferem consoante o sexo e, geralmente, em desvantagem para as mulheres.

O que era tradicionalmente enquadrado como uma “transição escola-trabalho” linear é cada vez mais entendido como um processo complexo caracterizado mais por mudanças nas atividades do que por transições abruptas (Nilsson, 2019). Muitos jovens africanos trabalham enquanto estudam e alguns desde tenra idade. Por outro lado, a maioria dos estudos mostra que os jovens têm maior probabilidade de serem economicamente inativos (Abay et al., 2021; Yeboah & Jayne, 2018). Para muitos, especialmente nas zonas rurais, a procura de emprego assalariado será provavelmente inútil, uma vez que estão a ser criados poucos empregos assalariados. Em qualquer caso, na ausência de uma rede de segurança social, um longo período de procura sem rendimento é simplesmente inoportável. Como resultado, a maioria dos jovens não passa pelos períodos prolongados de desemprego que podem ser comuns nos países mais ricos, mas antes começa a construir os seus meios de subsistência através da agricultura, de empresas familiares ou de atividades de microempresas (Carreras et al., 2020). Esta realidade está em tensão com os elevados níveis de desemprego entre os jovens em comparação com os mais velhos, que são talvez a evidência mais frequentemente citada da necessidade de intervenções específicas para os jovens (BAD, 2016).

Segundo Filmer & Fox (2014) e Fox (2019), é do interesse da sociedade facilitar a transição para a independência económica e os jovens precisam de informação sobre as oportunidades disponíveis e como tirar partido delas. Eles também precisam de competências socio emocionais adequadas ao local de trabalho, como perseverança, confiança, curiosidade e comunicação. Embora estes possam ser desenvolvidos nas escolas, a fraca pedagogia e o desempenho das escolas públicas africanas geralmente limitam este tipo de aprendizagem (Bold et al., 2017). Esta limitação terá de ser abordada, mas, embora importante, não justifica formação profissional ou empresarial dispendiosa. Intervenções mais baratas, como grupos comunitários de jovens, quer para jovens que não frequentam a escola, quer para aqueles que ainda estão na escola, podem ser mais rentáveis. Além disso, os jovens geralmente continuam a desenvolver estas competências e a adquirir informações após a escola através da experiência no trabalho, em casa e na comunidade (Fox & Kaul, 2018). As redes e o conhecimento são particularmente importantes para os jovens urbanos que procuram conseguir o seu primeiro emprego, mas

precisam de saber em quem confiar, quais os empregadores que se envolverão em relações abusivas, quais serão honestos e pagarão os salários prometidos e os jovens de pequenas cidades ou zonas rurais, ou de grupos excluídos, podem não ter estas redes, levando a um período de transição mais longo.

2.2. Conceito de desemprego Jovem em Africa

De acordo com a Fundação Mo Ibrahim² (2017, s.p.), “o emprego é a principal necessidade apontada pela atual geração de jovens africanos, que têm maiores níveis de educação, melhor saúde e estão mais conectados com o mundo, mas com níveis académicos ainda longe de outras regiões e com uma 'ligação muito frágil' entre níveis mais altos de educação e melhores perspectivas de emprego”. Este estudo verifica ainda que “o desfasamento entre a educação e formação e as necessidades dos empregadores é pior em África do que no resto do mundo, contribuindo para que pelo menos 16 milhões de jovens africanos estejam no desemprego, sobretudo nas zonas urbanas. O desemprego é considerado pelos jovens africanos como o seu maior problema e mais de 40% consideram a sua situação atual muito ou bastante má” (Fundação Mo Ibrahim, FAO (2017), s.p.). Assim, conclui o estudo que o emprego jovem deve ser central para enfrentar os desafios económicos e demográficos em África (Fundação Mo Ibrahim, FAO (2017), s.p).

Estimativas da OIT (2018) consideram que 89% de todo o emprego africano era informal, incluindo o emprego em explorações agrícolas familiares e em empresas familiares. Emprego assalariado informal contabilizado cerca de 20% – o que significou que não havia contrato formal em conformidade com a legislação do trabalho, e geralmente não há benefícios de proteção social. O restante dos trabalhadores informais são por conta própria (autônomos, com ou sem empregados informais) e trabalhadores familiares contribuintes (familiares que trabalham em explorações agrícolas familiares ou em empresas não agrícolas). Os dados disponíveis sugeriram que não houve muita alteração nesses números ao longo do tempo. É o insucesso geral da economia em criar mais salários e emprego assalariado proporcional ao crescimento da força de trabalho que

² <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-metade-dos-migrantes-africanos-ficaram-no-continente-em-2017/a-48183448>. Acedido em outubro de 2024

está limitando as oportunidades para a juventude de África hoje. Dito de outra forma, o problema da informalidade e dos baixos rendimentos para juventude está enraizada na falta de desenvolvimento económico e nas mudanças económicas transformacionais (OIT, 2018).

A falta de boas oportunidades de emprego para os jovens africanos de hoje é apresentada com vários graus de urgência e, muitas vezes, como uma crise total. Uma série de variantes de uma narrativa dominante são usadas para chamar a atenção política e pública para o emprego jovem, e estas são geralmente construídas com referência a um número limitado de argumentos, incluindo: uma transição demográfica lenta e tardia; uma disparidade entre o nível de escolaridade dos jovens e a sua base de competências de empregabilidade; falta de interesse pela agricultura por parte dos jovens rurais, levando à sua migração em massa para áreas urbanas; e a importância política dos jovens desempregados nas zonas urbanas e a sua vulnerabilidade à radicalização e ao recrutamento para a violência civil (Sumberg et al., 2020).

Na visão de Irwin et al. (2018) a crise de emprego afeta todas as faixas etárias e muitos jovens têm dificuldade em encontrar um trabalho que proporcione uma base satisfatória para construir a sua subsistência. Quando questionados sobre se a crise do emprego jovem em África é específica da juventude, os visados responderam, com base na leitura das evidências disponíveis, que só em casos, relativamente raros e específicos, é que os jovens enfrentam o tipo de desvantagem estrutural ou discriminação no mercado de trabalho que justificaria um enquadramento específico para os jovens. Concluir que a crise do emprego em África seja um problema específico da juventude mina significativamente as ortodoxias atuais, no sentido de que as necessidades de emprego dos jovens devem ser priorizadas em detrimento de outros sectores da população. Também desafia a ideia de que a melhor forma de abordar a crise é através de intervenções dirigidas aos jovens que se concentrem nos próprios, nas competências empreendedoras, vocacionais e/ou profissionais que lhes faltam e nas atitudes e comportamentos que precisam de cultivar.

De acordo com Sumberg et al. (2020), estes autores concordam que existe uma incompatibilidade extremamente importante no centro da crise, mas, em vez de uma falta de alinhamento entre as competências exigidas pelos empregadores e as competências que os jovens trazem para o mercado de trabalho, o desfasamento fundamental reside

entre o número de candidatos a emprego e o número de empregos disponíveis que são remunerados, seguros e dignos. Sem um aumento maciço na disponibilidade de tais empregos, um desejo estreito de 'fazer a coisa certa' para a juventude de África cria um jogo de soma zero (com alguns jovens a serem beneficiados pelo conjunto comum de intervenções, enquanto outros ficam em desvantagem), uma vez que luta por empregos em mercados de trabalho severamente limitados pela procura. Há também a questão da população adulta que é excluída por programas específicos para jovens ou outras intervenções que procuram aumentar o emprego juvenil. Por outras palavras, existem custos de oportunidade elevados, mas muitas vezes ignorados, associados ao atual lado da oferta, ou à abordagem 'tudo gira em torno dos jovens', relativamente à crise do emprego.

Sumberg et al. (2020) sugerem que a questão do desemprego jovem deve ser reinterpretada, passando de uma "crise de emprego juvenil" para uma "crise de empregos desaparecidos". Isso implica que o problema está menos relacionado à juventude em si e mais vinculado à estrutura da economia, que não é capaz de gerar oportunidades de trabalho. Eles defendem que recursos, atualmente aplicados em projetos menores voltados exclusivamente para jovens, seriam mais eficazes se usados em iniciativas que abordem as limitações estruturais que impedem a criação de empregos de qualidade. Esses programas estruturais seriam benéficos não apenas para os jovens, mas para toda a sociedade. Os autores também recomendam uma reavaliação das abordagens que priorizam exclusivamente a capacitação profissional. Sumberg, et al. (2020) acreditam que as capacidades socio emocionais e cidadania ativa são igualmente fundamentais para a inserção social e económica. Além disso, a resposta imediata aos desafios enfrentados pela juventude atual deve vir acompanhada de um foco em questões de médio e longo prazo, considerando as futuras gerações.

Outro ponto levantado é a limitação de medidas como investimentos e incubadoras de start-ups para gerar empregos de forma significativa. Sumber et al. (2020) concluem que investimentos em infraestrutura social e económica são cruciais para uma transformação estrutural sustentável. Além disso defendem novas intervenções de proteção social para aliviar os impactos da falta de empregos a curto prazo, ao mesmo tempo em que promovem uma mudança estrutural para o futuro.

O emprego produtivo e os empregos têm sido preocupações críticas da teoria e da política de desenvolvimento. É amplamente reconhecido que a redução da pobreza está indissociavelmente ligada ao emprego e, especificamente, quando permite aos trabalhadores produzir mais valor económico por hora de trabalho e aumentar os seus rendimentos (Sumberg, et al., 2020).

Na visão de Newfarmer et al. (2018) a transformação estrutural em África tornou-se um tema premente. Um dos primeiros factos estilizados da economia do desenvolvimento é que os países de baixo rendimento têm grandes diferenças na produção por trabalhador entre sectores e na movimentação de trabalhadores de sectores de baixa para alta produtividade a transformação estrutural é um motor essencial do crescimento económico. Entre 1950 e 2006, cerca de metade da recuperação dos países em desenvolvimento, liderados pela Ásia Oriental, atendendo aos níveis de produtividade das economias avançadas, deveu-se ao aumento da produtividade na indústria transformadora, combinado com a transformação estrutural da agricultura (Newfarmer et al., 2018). A indústria transformadora tem a capacidade de empregar um grande número de trabalhadores não qualificados, é capaz de obter grandes ganhos de produtividade através da inovação e implica produtos comercializáveis que permitem economias de escala e especialização (Newfarmer et al., 2018). Mas a indústria transformadora em África, em vez de liderar o crescimento, tem sido um sector atrasado. Em 2014, a percentagem média da indústria transformadora no PIB na África Subsariana oscilou em torno de 10 por cento, inalterada desde a década de 1970, levando alguns observadores a serem pessimistas quanto ao potencial de África para apanhar a onda de crescimento rápido e sustentado e de aumento dos rendimentos. Newfarmer et al. (2018) argumentam que outras atividades que partilham as características da indústria transformadora incluindo o turismo, as TIC e outros serviços, bem como a transformação de alimentos e a horticultura estão a começar a desempenhar um papel análogo ao papel que a indústria transformadora desempenhou na Ásia Oriental. Isto reflete não só as mudanças na organização global das indústrias desde o início da era de rápido crescimento do Leste Asiático, mas também vantagens exclusivas de África. Estas 'indústrias sem chaminés' oferecem novas oportunidades para África crescer nas próximas décadas (Newfarmer et al., 2018).

De acordo com Rodrik (2016), grande parte da experiência passada de transformação estrutural possibilitou uma mudança na mão-de-obra da agricultura para a indústria, e do setor informal para o formal, que foi possível através do investimento em infraestruturas e pela promoção de processos de industrialização. Contudo, atualmente o crescimento do emprego deve-se a uma mudança para o setor de serviços. O crescimento da economia informal não se considera uma transformação estrutural. Acredita-se que a transformação estrutural na economia deve assumir três dimensões inter-relacionadas: aumentar a produtividade do trabalho; mudar a estrutura da economia; e proporcionar uma melhor qualidade de empregos. É fundamental que se estabeleçam intervenções políticas e programas abrangentes que contribuam para a transformação estrutural.

Em síntese, a promoção do emprego para os jovens em África é uma preocupação central para os responsáveis pela formulação de políticas e para os financiadores de desenvolvimento. No entanto, o desafio que se coloca é que o problema não reside apenas na escassez de emprego jovem, mas em um conjunto mais amplo de questões que influenciam a criação de empregos para os diversos grupos etários. A transformação estrutural e o crescimento inclusivo exigem uma abordagem abrangente que vá além da formação e do desenvolvimento de competências, abordando as questões estruturais que limitam as oportunidades de emprego e promovendo um ambiente propício ao investimento e à inovação. Além disso, deve-se ter em conta a necessidade de criar empregos de qualidade que proporcionem dignidade e segurança aos trabalhadores. Essa abordagem abrangente permitirá que África enfrente os desafios de emprego e capitalize as oportunidades que surgem em um ambiente global em constante mudança.

2.3. O Desemprego jovem

Segundo Torres (2013, pp. 35) “tradicionalmente, os jovens constituem um grupo etário vulnerável no mercado de trabalho, por várias razões: têm pouca ou nenhuma experiência de trabalho; têm um nível de escolaridade relativamente baixo ou incompleto (o facto de o ensino obrigatório ser até aos 17/18 anos significa que aqueles que entram para o mercado de trabalho com idade dos 15 aos 24 anos deixaram de estudar relativamente cedo ou ainda não a concluíram os estudos); têm uma maior probabilidade

de transitar para relações contratuais instáveis; e a sua antiguidade reduzida limita-lhes o acesso a prestações sociais de desemprego. Neste contexto, o risco de desemprego de jovens é superior ao de outros grupos etários”. O desemprego de jovens é também mais sensível ao ciclo económico do que o de outros grupos etários. “Os jovens dedicam-se mais a atividades económicas de natureza cíclica, estão mais presentes entre os que trabalham a tempo parcial e/ou com contratos de trabalho com termo, e enfrentam maiores desafios à entrada no mercado de trabalho, dada a falta de experiência e a possível desadequação entre as competências que têm para oferecer e as que os empregadores procuram” (Torres (2013), pp. 35). Acresce ainda que, sobretudo em períodos de recessão, os jovens estão entre os que perdem primeiro os seus empregos, uma vez que os seus contratos de trabalho não são renovados. Também as perspetivas de encontrar trabalho para os jovens diplomados à procura do primeiro emprego diminuem, pois têm de competir com outras pessoas com mais experiência que também procuram emprego num mercado que tem menos empregos para oferecer (Torres, 2013).

Como recém-chegados ao mercado de trabalho, os jovens encontram-se a navegar num mundo de trabalho complexo, caracterizado tanto por oportunidades como por desafios (OIT, 2024). Com ambição, energia e entusiasmo ilimitados, aspiram a ter acesso a oportunidades de emprego que proporcionem salários justos, segurança no emprego e um ambiente de trabalho seguro, entretanto, estas aspirações a um trabalho digno e a uma vida digna podem ser postas em causa pelo seu conhecimento limitado dos padrões legais, das normas e dos princípios e direitos fundamentais no trabalho que regem as relações e condições no local de trabalho (OIT, 2024). Os jovens empresários enfrentam barreiras adicionais, como o acesso limitado a competências, financiamento, mercados e redes, expondo-os a riscos como discriminação, exploração e condições de trabalho inseguras (OIT, 2024).

O acesso ao trabalho digno não só proporciona rendimento aos jovens, mas também representa um caminho para a construção de um futuro seguro e para a realização de contribuições significativas para a sociedade. No entanto, os jovens, especialmente os que se encontram em situações de deslocação forçada devido a conflitos ou violência, enfrentam desafios específicos no acesso ao trabalho digno e à igualdade de direitos no trabalho, a sensibilização para os seus direitos é crucial para garantir uma integração bem-

sucedida no local de trabalho, promovendo a liberdade, a dignidade e a segurança, (OIT, 2024).

De acordo com OIT ((2011) citado em Pontes (2022)) todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, tem falhado na oferta de emprego, sobretudo para os jovens. Nos países em desenvolvimento cerca de mil milhões de indivíduos, dos quais mais de 1,2 mil milhões estão desempregados; a maioria 90% vive nos países em desenvolvimento, 60% na Ásia e 17% em África (OIT, 2011). Estima-se que este valor atingirá um máximo de 1,1 mil milhões em 2060, devido a vários fatores como por exemplo; o estado geral da economia, a situação do emprego, podem induzir longos períodos de desemprego, procura de emprego ou trabalho pouco qualificado e precário, prejudiciais aos jovens, com forte impacto na economia e na sociedade em geral.

2.3.1 Causas de desemprego Jovem

As causas do desemprego juvenil têm sido uma grande preocupação para os decisores políticos, académicos e outras partes interessadas no desenvolvimento. Vários fatores, tais como fatores económicos, sociais, políticos e regionais, têm sido relacionados com o desemprego juvenil em vários estudos. Msigwa & Kipsha (2013) explicam que o desemprego é um conceito multidimensional que envolve dimensões económicas, políticas e sociais, sendo um conceito difícil de definir. Segundo Contini (2010), o desemprego juvenil é uma função da condição económica, do mercado de trabalho e das políticas laborais de um determinado país. É provável que um país com elevado crescimento económico e desenvolvimento económico crie mais empregos devido ao aumento da produção, o que exige força de trabalho adicional.

De acordo com a OIT (2006), regulamentações bem concebidas do mercado de trabalho no país são significativas na produção de emprego tanto para a população jovem como para a população adulta do país. O desemprego juvenil também tem sido associado à formação educacional e à qualificação possuída pelos jovens em comparação com a qualificação exigida no mercado de trabalho. Tem havido uma inadequação de competências entre os jovens e o mercado de trabalho, o que aumenta o desemprego juvenil (OIT, 2012).

Os estudos internacionais enfatizam as altas taxas de desemprego jovens quando comparados aos outros grupos demográficos (Nadu et al., 2022). “As investigações destacaram que quando o jovem possui qualificação e experiência, as chances de estar desempregado são menores, mas devido a falta de experiência profissional, formação, competências, tornam-se os principais determinantes que influenciam o desemprego entre os jovens” (Verd et al. (2019), pp. 12).³

Segundo Verd et al. (2019), além das variáveis relacionadas ao capital humano, outros fatores interferem no nível de desemprego do grupo de estudo, como o gênero, idade, estado civil e localização geográfica. “A desigualdade entre os perfis sociais e económicos provoca a formação de barreiras específicas para a inserção do jovem no mercado de trabalho, comportamento enfrentado de forma distinta pelos adultos ou idosos” (Verd et al. (2019), pp. 12).

De acordo com Jesus (2018, pp. 3), “o mercado de trabalho sofreu diversas alterações tornando a classe trabalhadora cada vez mais fragmentada, precária e flexível. A precariedade, além de ser uma das grandes dificuldades sentidas pelos jovens durante o processo de entrada no mercado de trabalho, é um problema que afeta sobretudo os jovens qualificados desempregados, pois a sua inserção já não é feita de forma automática, mas sim através de vínculos contratuais precários. Na mesma linha de pensamento salientou ainda que, como forma de diminuir as dificuldades durante o processo de entrada no mercado de trabalho surgiram os estágios através das políticas ativas de emprego. A falta de experiência (um dos requisitos exigidos pelas entidades empregadoras) é um dos fatores que levam os jovens a aceitar um estágio pouco ou nada remunerado, pois é ele que permite o primeiro contacto com as empresas”.

De acordo com Zimmermann et al. (2013), para compreender os principais desafios ao emprego jovem nos países em desenvolvimento, é útil discutir primeiro a determinantes dos resultados do mercado de trabalho agrupados em três tipos: demanda de trabalho, oferta de trabalho e funcionamento dos mercados de trabalho. Os principais determinantes do mercado de trabalho podem ser resumidos da seguinte forma:

³ DOI: 10.1186/s12651-019-0254-3. Acedido em outubro de 2024

crescimento das atividades produtivas e intensivas em mão-de-obra especialmente aqueles no setor privado formal, empreendedorismo, igualdade de acesso à educação, qualidade da educação, relevância das competências adquiridas no ensino geral e no desenvolvimento de competências para o autoemprego, o emprego na economia informal, o funcionamento do mercado, a disponibilidade e qualidade das informações, transparência nas práticas de contratação e regulamentações do mercado de trabalho, (Zimmermann et al., 2013).

O mais importante é o fraco desempenho macroeconómico. A falta de crescimento económico insuficiente afeta todos os intervenientes na economia e especialmente os jovens (Ryan, 2001). Como se referiu antes, a razão crucial para o desemprego juvenil é a insuficiência criação de emprego: quando a economia não conseguir criar empregos, os jovens serão o mais grupo afetado.

Segundo Eichorst et al. (2013), diversos fatores contribuem para o desemprego juvenil, como a duração do processo educacional, o nível de educação alcançado, a falta de experiência no mercado de trabalho e a desadequação entre as competências dos jovens e as exigências do mercado. Eles observam que, em períodos de crise económica, os jovens são os mais afetados, uma vez que são o grupo mais vulnerável. Essa vulnerabilidade é devido à falta de experiência, menor capital social e ao facto de os direitos dos trabalhadores condicionarem a sua precariedade. Em momentos de recessão, os empregadores tendem a priorizar a demissão de jovens, devido a esses fatores.

Segundo Banerji et al. (2018), a principal causa do elevado desemprego juvenil nas economias é o baixo desempenho do crescimento económico, especialmente durante períodos de crise. Uma redução significativa no crescimento económico pode ser responsável por até 50% do aumento do desemprego juvenil observado em crises económicas. Isso demonstra como os jovens, que geralmente enfrentam desafios adicionais no mercado de trabalho, são mais vulneráveis aos impactos negativos de uma desaceleração económica.

O desemprego juvenil é determinado por uma série de fatores económicos e do mercado de trabalho. De acordo com Banerji et al. (2018) entre os principais, destacam-se o custo da mão de obra, especialmente para trabalhadores com pouca qualificação,

como os jovens, salários mínimos elevados, impostos sobre os salários e contribuições para a seguridade social. Além disso, o custo de oportunidade de trabalhar, como os subsídios de desemprego, também influencia a disposição dos jovens em procurar emprego. Políticas de desemprego generosas podem desestimular a busca ativa por trabalho, levando as pessoas a preferirem o benefício em vez de aceitar um novo emprego. A falta de formação profissional e a dualidade do mercado de trabalho, com a existência de empregos de qualidade inferior, também são fatores que contribuem para o aumento do desemprego juvenil. Os jovens também podem ser mais propensos a demitir-se voluntariamente do que os trabalhadores adultos porque preferem explorar diferentes oportunidades de emprego (O'Higgins, 2001).

Os jovens enfrentam barreiras significativas para ingressar no mercado de trabalho, sendo a falta de experiência profissional uma das principais dificuldades. A inexperiência dificulta a contratação, pois os empregadores muitas vezes preferem candidatos com mais vivência no mercado. Esse obstáculo é particularmente acentuado em contextos de recessão ou dificuldades económicas, onde as empresas estão mais seletivas e priorizam candidatos com um histórico de trabalho mais robusto. Além disso, os jovens frequentemente enfrentam desafios relacionados à falta de redes de contatos profissionais e ao conhecimento limitado sobre as exigências do mercado de trabalho, o que pode aumentar ainda mais a competitividade e dificultar o acesso a uma vaga (Banerji et al., 2018).

O descompasso entre a procura e a oferta de competências possuídas pelos jovens trabalhadores está também a contribuir para taxas de desemprego juvenil mais elevadas. A transição bem-sucedida da escola para o trabalho muitas vezes não pode ser alcançada pelos jovens hoje. Muitos programas de formação não são adequados para a vida empresarial de hoje. Esta incompatibilidade entre as competências, o conhecimento e a educação dos jovens destrói a sua esperança em encontrar um emprego (Coenjaerts et al., 2009). A incerteza em torno das perspectivas do mercado de trabalho para os jovens é significativa. Os fatores de risco que afetam as projeções do mercado de trabalho em geral são, entre outras, riscos geopolíticos, riscos macroeconómicos, como o impacto das perturbações na cadeia de abastecimento e o aumento da inflação, em particular na sequência da crise pandémica, e os potenciais danos permanentes causados pela crise no tecido dos mercados de trabalho (OIT, 2022).

No caso do emprego jovem, a crise pode ter acelerado a mudança estrutural no mercado de trabalho (OIT, 2022), onde os setores em crescimento representam uma oportunidade para os jovens no início das suas carreiras. Embora estejam sujeitas a uma incerteza considerável, estas projeções sugerem que as taxas de emprego dos jovens aumentarão, em geral, mais lentamente do que as taxas de emprego dos adultos. Acesso inadequado à educação, educação profissional e informação em geral, limitam enormemente as competências dos jovens rurais, em particular a sua produtividade, além de prejudicar a sua conquista do empreendedorismo. Nas áreas rurais os jovens também têm restrições tangíveis no acesso a financiamento, fatores produtivos, terra e recursos em geral, evitando impedi-los de seguir carreiras bem-sucedidas no setor agrícola. Além disso, os jovens raramente são convidados a participar e contribuir para políticas e estratégias de diálogo e processos, com o risco de não abordarem adequadamente as suas necessidades complexas e multidimensionais (OIT, 2022).

2.3.2. Consequências do desemprego jovem

As consequências do desemprego jovem são explicadas na literatura como económicas, sociais e psicológicas. Os resultados económicos do desemprego juvenil são a diminuição da produção total, aumento da pobreza, perda de capital humano (Morris, 2006) e os efeitos sociais incluem agitação social, crimes, comércio ilegal, imigração, fuga de cérebros, tráfico de drogas e de seres humanos (OIT, 2015). Resultados psicológicos de jovem desemprego são, entre outros, transtornos mentais, depressão, tentativas de suicídio, desespero, ociosidade, inutilidade e de exclusão da sociedade (Bolton & Oatley, 1987; Taris, 2002). Estar desempregado no início da vida profissional pode provocar diversos transtornos mentais e isso afeta toda a vida futura se o desemprego continuar por um longo período (Bolton & Oatley (1987); Taris (2002) citado por Ayhan (2016)).

Estar desempregado na primeira fase da vida dos jovens causa resultados negativos persistentes durante toda a vida e carreiras, porque prejudica o seu potencial produtivo e

futuras oportunidades de emprego. O aumento do desemprego juvenil traz consigo a perda de uma geração para muitas economias. Se os jovens ficarem fora do mercado de trabalho, isso afeta a economia não só hoje, mas também amanhã. O ponto de partida dos jovens para os negócios é crucial na vida para eles próprios e para os seus países, uma vez que os jovens de hoje se tornarão pais e construirão o futuro do mundo (O´ Higgins (2007), Ryan, (2001)). Contudo, a falta de emprego é uma importante fonte de queixas para indivíduos, famílias e comunidades em geral, potencialmente contribuindo, em contextos frágeis, para aumentar a agitação social (ILO, 2021).

A taxa do desemprego for elevada e persistente (tanto para os jovens como para adultos) causa a diminuição da produção total das economias porque produz como efeitos a perda de competências e depreciação do capital humano depreciado, fuga de cérebros e migração da preciosa força de trabalho e as consequentes dificuldades na implementação social e reformas políticas. Resumidamente, não importa o tipo de desemprego, se for persistente e de longo prazo, os efeitos seriam inevitáveis e devastadores (Banerji et al., 2018).

Segundo a OIT (2006), o jovem desempregado sente-se desesperado, ocioso, excluído, desanimado, assustado e, portanto, têm de aceitar piores condições de trabalho, empregos a tempo parcial e temporários e salários mais baixos. Se os jovens não encontrarem um emprego regular, estes sentimentos negativos e os custos podem ter impacto durante toda a sua vida (OIT, 2006).

O desemprego juvenil pode prejudicar tanto as competências quanto a motivação dos jovens. De acordo com Ryan (2001), o tempo sem trabalho pode tornar as competências adquiridas obsoletas, enquanto De Grip & van Loo (2002) afirmam que as habilidades não utilizadas rapidamente perdem seu valor devido às transformações organizacionais e tecnológicas. Para Morris (2006), o desemprego dos jovens resulta em perdas na produção e no aumento da pobreza, particularmente nos países em desenvolvimento. Embora os jovens sejam essenciais para o progresso económico, sua contribuição não é sempre eficaz se não forem aplicados em setores produtivos. Sem uma utilização adequada de seu potencial, o capital humano se perde, prejudicando o desenvolvimento económico.

Estar desempregado leva os jovens a aceitar empregos temporários e de meio período, e isso tem várias desvantagens importantes:

- Estes tipos de empregos são menos protegidos e mais sensíveis a mudanças temporárias os trabalhadores recebem salários mais baixos e não têm segurança no emprego. Com o tempo, sua qualidade de vida diminui devido aos empregos temporários, uma vez que tal trabalho impede a obtenção de crédito (Boeri, 2009).
- Os empregos temporários não oferecem oportunidades de formação aos trabalhadores, e isto influencia as futuras possibilidades de emprego dos jovens (Arulampalam, 2001).
- Os problemas da globalização e das economias externas afetam, em primeiro lugar, os trabalhadores temporários (Gorg & Gorlich, 2011).

O desemprego prolongado, especialmente por mais de 12 meses, pode resultar em aumento da ansiedade e contribuir para problemas de saúde entre os jovens, conforme evidenciado por Dietrich (2012) e a OIT (2015). Quando os jovens não conseguem encontrar trabalho adequado às suas qualificações, muitos optam pela migração internacional em busca de melhores condições. No entanto, esses migrantes jovens frequentemente enfrentam sérias dificuldades, como o tráfico de seres humanos, condições de vida degradantes e abusos, como ressaltado pela OIT (2015). O relatório da ONU sobre a juventude de 2013 estima que 27 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos sejam migrantes internacionais, representando aproximadamente um oitavo do total de migrantes globais, que somam 214 milhões. O desemprego também provoca emigração pela falta de oportunidades no país de origem para gerar rendimento e satisfação individual, quando a emigração é de jovens qualificados, torna-se num outro problema designado de “brain drain” ou fuga de cérebros (Eichhorst et al. (2013), Gomes et al. (2012)).

Khan (2021) identifica cinco fatores-chave que incentivam a migração de jovens qualificados de seus países de origem:

- Salários: A diferença de remuneração entre a Europa e outros destinos mais atraentes faz com que muitos jovens qualificados busquem oportunidades fora da região.

-Insegurança no Trabalho: A falta de estabilidade no emprego, com contratos temporários, especialmente para jovens em início de carreira, é um fator relevante para a migração.

- Processo de Recrutamento: A possibilidade de práticas fraudulentas no recrutamento também leva muitos jovens a procurarem alternativas no exterior.

Políticas de Migração: Países desenvolvidos frequentemente adotam políticas migratórias mais atrativas para jovens qualificados, incentivando a mobilidade.

-Internacionalização do Ensino Superior: A crescente internacionalização das instituições de ensino superior oferece aos jovens mais oportunidades para estudar e trabalhar em outros países, promovendo a migração permanente.

Esses fatores são refletidos em diversas políticas e condições económicas, que influenciam diretamente a decisão de migração de jovens qualificados em busca de melhores oportunidades profissionais e educacionais.

A Fundação Mo Ibrahim em seu relatório de 2017⁴, relatou que “mais de metade dos migrantes africanos ficaram no continente e apenas um quarto saiu para a Europa, o que pode desmistificar a ideia de ameaça à segurança e estabilidade associada às migrações e destacando que estas ocorrem sobretudo dentro do continente africano, contrariamente à percepção dos países ocidentais, e são motivadas pela falta de oportunidades de emprego, mais do que por questões de segurança” (Fundação Mo Ibrahim, 2017, s.p.). Além disso, “os migrantes africanos são maioritariamente jovens, com formação, e 80% são movidos pela expectativa de melhores perspetivas económicas e sociais. A insegurança não é o principal fator nas migrações, com os refugiados a representarem apenas 20% do total de migrantes e a ficarem na sua grande maioria (90%) no continente” (Fundação Mo Ibrahim, 2017, s.p.). O documento aponta, por outro lado, que se tivessem oportunidade, mais pessoas mudariam de país e, quando questionados sobre o destino, 34% dos inquiridos de 34 países africanos responderam que ficariam no continente, enquanto 48,4% asseguraram que viajariam para a Europa ou para a América do Norte (Fundação Mo Ibrahim, 2017).

⁴<https://www.dw.com/pt-002/mais-de-metade-dos-migrantes-africanos-ficaram-no-continente-em-2017/a-48183448>. Acedido em outubro de 2024

2.3.3. Políticas de Combate ao Desemprego

Conforme a Política Nacional de Emprego (PNE, 2016), as políticas de combate ao desemprego são um conjunto de ações que o governo deve implementar para aumentar as oportunidades de trabalho e reduzir o desemprego, com o objetivo de alcançar o "pleno emprego". Essas medidas têm o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente mulheres, jovens e os mais vulneráveis. A criação de empregos para os jovens e a promoção do trabalho digno são fundamentais para garantir a paz, fortalecer a resiliência e promover a estabilidade econômica, proporcionando assim uma vida mais próspera. Além disso, o desenvolvimento de empregos decentes e sustentáveis, como os empregos "verdes", deve ser levado em conta no planejamento de políticas, especialmente em contextos frágeis e de reconciliação comunitária (ILO, 2021).

Segundo Varandas (2014), as políticas de emprego podem ser divididas em ativas e passivas. As políticas ativas são aquelas que visam facilitar a transição do desemprego para o emprego de maneira mais eficiente. Isso pode ser alcançado por meio de iniciativas como programas de capacitação profissional, requalificação e ações que ajudem os desempregados a buscar novas oportunidades no mercado de trabalho. Já as políticas passivas têm um foco diferente, garantindo uma renda substitutiva para os desempregados. O objetivo é assegurar que, mesmo sem trabalho, eles mantenham um nível básico de consumo e qualidade de vida, reduzindo o impacto negativo da falta de emprego no bem-estar da população afetada.

Chacaltana & Dasgupta (2021) ressaltam que, embora os jovens possuam habilidades digitais superiores às das gerações anteriores, as oportunidades de emprego para esse grupo ainda são limitadas. Esse desafio não está apenas relacionado à falta de preparo dos jovens, mas também à necessidade urgente de os formuladores de políticas e a comunidade internacional prestarem maior atenção ao emprego jovem, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Rodriguez-Modroño (2019), ao tratar do desemprego juvenil na Espanha, destacou que as questões de gênero e outras desigualdades estruturais foram ignoradas nas discussões políticas, o que contribuiu para o aumento do desemprego juvenil e

desigualdades de gênero. Ordine & Rose (2015) também descobriram que os jovens com maior nível de escolaridade enfrentam períodos mais longos de desemprego em comparação com aqueles cujas qualificações se alinham melhor ao mercado de trabalho. Ingham (1989) observa que a conclusão do ensino secundário tem grande importância para a garantia de emprego entre os jovens.

Millman, Matlay & Liu (2008) constataram que a introdução de educação voltada para o empreendedorismo no sistema educacional chinês teve muito sucesso, com 43,9% dos alunos relatando grande satisfação com o programa. Isso sugere que o ensino de empreendedorismo pode ser uma solução eficaz para o desemprego juvenil. De forma semelhante, Bignotti & Roux (2018) descobriram que os jovens sul-africanos possuem um forte potencial empreendedor, especialmente com o apoio comunitário e o incentivo à realização pessoal, o que contribui para a redução do desemprego juvenil.

Mryyan (2014) identificou que a incompatibilidade entre as competências adquiridas na educação e as exigidas pelo mercado de trabalho é uma das principais razões para o aumento do desemprego juvenil na Jordânia. Brown et al. (2014) e Ayhan (2016) também destacaram que fatores demográficos, gênero e falhas nos sistemas de formação e educação contribuem significativamente para o aumento do desemprego entre os jovens.

De acordo com Tavares (2019), um dos fatores responsáveis pela alta taxa de subemprego entre os jovens, em África, é a escassez de empregos que respondam à oferta de mão-de-obra jovem. Assim, uma alternativa para se reduzir o subemprego é estimular o empreendedorismo, que pode atuar através de geração de novas ideias de negócios, da mobilização de pessoas e recursos financeiros, e do estabelecimento e expansão de empresas. O empreendedorismo, não sendo apenas focado no público jovem, pode desencadear o potencial económico e motivacional da juventude e fornecer-lhe modos de vida alternativos. Uma cultura empresarial e de empreendedorismo é de importância vital (Banco Mundial 2008).

Para enfrentar o desemprego juvenil, é necessário implementar políticas que sejam adaptadas às especificidades de cada país. Essas políticas devem se concentrar no fomento ao crescimento económico e incluir reformas que visem a redução dos custos do trabalho. Medidas como subsídios salariais e a redução de impostos para empresas que contratam

jovens podem ser fundamentais para estimular a criação de empregos nessa faixa etária (Banerji et al., 2018).

Melhorar as condições macroeconómicas é um dos principais fatores para a criação de empregos. As políticas devem concentrar-se em setores que oferecem alto potencial de emprego, como turismo, comércio, manufatura, serviços sociais e gestão ambiental (Coenjaerts et al., 2009). Além disso, regulamentações no setor agrícola podem contribuir para a transição dos jovens do trabalho agrícola de subsistência para a agricultura comercial, diminuindo o desemprego em áreas rurais (Coenjaerts et al., 2009). A internet também abre novas oportunidades de emprego, conectando jovens aos mercados globais.

Na Guiné-Bissau, a FAO lançou um projeto voltado para a criação de empregos na aquicultura e na cadeia produtiva da mandioca, apoiando jovens na criação de pequenas e médias empresas (FAO, 2015). A Fundação Mo Ibrahim (2017) observou a importância do setor agrícola na África, que representa 60% dos empregos, embora muitos jovens vejam esse setor como obsoleto e também destacou a importância de envolver os jovens no desenvolvimento agrícola sustentável para garantir um futuro mais pacífico e próspero (FAO, 2017).

A FAO e a UNIDO, em colaboração com a União Africana, apoiaram mais de 700 jovens empreendedores, proporcionando formação e oportunidades no agronegócio. O programa OYA, implementado em seis países africanos, criou mais de 270 agronegócios e conscientizou a população sobre a importância do empreendedorismo jovem (FAO, 2023). Na Guiné-Bissau, o setor agrícola ainda atrai poucos jovens, mas iniciativas ligadas à aquicultura e mandioca podem reverter essa tendência (FAO, 2015).

Segundo o Banco Mundial, direcionar investimentos de forma equilibrada para a geração de empregos no setor agrícola e em atividades rurais não agrícolas pode gerar, de maneira rápida, oportunidades de trabalho de curto prazo para os jovens. Quando esses investimentos são acompanhados de estratégias locais eficazes de desenvolvimento económico, há um potencial para gerar empregos mais sustentáveis a longo prazo. Entretanto, para alcançar esse objetivo, é fundamental adotar estratégias que tornem a agricultura mais atraente para os jovens. Isso requer alternativas à agricultura de subsistência, além de melhorias na comercialização e aumento da produtividade, o que

pode ser alcançado por meio de inovações tecnológicas e de investimentos em infraestrutura (Banco Mundial, 2008).

CAPÍTULO | 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA, DO EMPREGO E DO DESEMPREGO EM STP

3.1. A economia e o Desemprego

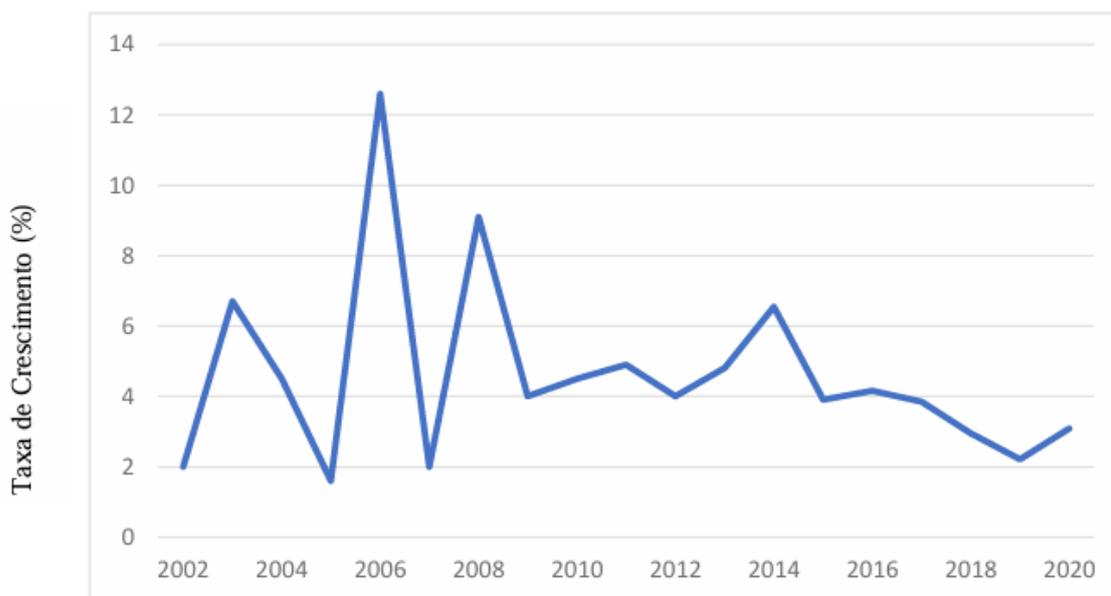
Conforme afirmam Fernandes et al. ((2017), pp. 343) há uma relação entre o desemprego e a inflação. Quando um país tenta aumentar seus níveis de produção, o desemprego tende a diminuir, mas isso pode resultar em um aumento da inflação, em determinadas circunstâncias. De acordo com o mesmo autor, para prevenir o aumento do desemprego, é fundamental que o PIB real cresça. Assim, à medida que a produção aumenta, o desemprego diminui e, inversamente, a queda da produção leva ao aumento do desemprego. Após a crise económica global de 2008, observou-se que os impactos negativos sobre o desemprego, provocados pela diminuição do PIB, foram mais acentuados do que a relação histórica entre essas variáveis indicava. A Lei de Okun, formulada em 1962, afirmava que "para cada 2% de redução do PIB, a taxa de desemprego aumentaria em 1%" (Okun (1962), citado em Fernandes et al. (2017), pp. 343).

Cruz (2020) destaca que São Tomé e Príncipe não possui uma estrutura produtiva adequada para gerar empregos suficientes que acompanhem o crescente número de jovens que entram no mercado de trabalho. Na análise de Ceita (2021), essa limitação deve-se ao fato de que o crescimento económico é inferior ao crescimento populacional, à ineficácia da administração pública em criar oportunidades de emprego para os jovens, à fragilidade do setor industrial e à pequena quantidade de empresas, que carecem de inovação. Além disso, a insularidade e a escassez de recursos naturais também desempenham um papel importante nessa situação.

De acordo com o Banco Mundial ((2019), citado por Pontes ((2022), pp. 26) o PIB, quando está em crescimento ou apresentando evolução positiva, é um fator importante para a geração de empregos. A Figura 1 apresenta a evolução do PIB de 2002 a 2020 a preços constantes. Em 2006, o PIB teve um crescimento de 6%, impulsionado pelo aumento no fluxo de produtos, bens e serviços, especialmente devido ao investimento do Hotel Pestana em São Tomé e Príncipe e às ajudas públicas ao desenvolvimento. O PIB

per capita, que é um dos principais indicadores do IDH, alcançou seu valor mais alto em 2006 (6278 USD), mas desde então começou a cair, atingindo 1155 USD em 2019.

Figura nº1 – Variação Percentual do PIB entre o ano 2002 a 2020.



Fonte: Banco Mundial (2019)

Segundo a OIT ((2018), citado por Pontes (2022), pp.27) “entre 2012 e 2016, São Tomé e Príncipe teve uma taxa média de crescimento anual de 4,2%, impulsionada pelo aumento do Investimento Direto Estrangeiro, pela implementação de novos projetos financiados por doadores e pela melhoria nas receitas fiscais e no setor de turismo. O FMI estimou um crescimento do PIB de cerca de 5% em 2018 e 5,5% em 2019, devido aos investimentos em infraestrutura. Em 2017, o setor de serviços foi o principal responsável pela produção do país, representando aproximadamente 60% do PIB, seguido pela indústria e pela agricultura, que contribuíram com 20% cada”.

Segundo o Banco Mundial (2019), o PIB de São Tomé e Príncipe registou um crescimento médio de 4,5% entre 2010 e 2018. Contudo, esse crescimento começou a desacelerar a partir de 2014 e foi fortemente impactado, em 2018 e 2019, pela escassez de combustível e energia, pelos atrasos nos pagamentos do governo aos fornecedores locais e pela redução do financiamento interno (Luísa, 2020). Os efeitos negativos que começaram em 2018 continuaram a afetar a economia em 2019, com uma estimativa de

que a taxa de crescimento real do PIB tenha caído para 2,4% em 2019, comparado a 2,7% em 2018. Os setores da agricultura e pesca foram os mais atingidos, devido não apenas à falta de combustível e energia, mas também aos impactos de choques climáticos e pragas agrícolas. Segundo Ceita (2021), a fragilidade económica de São Tomé e Príncipe é explicada pela dependência do setor agrícola, pela falta de infraestrutura económica adequada, por um ambiente de negócios desfavorável ao crescimento das pequenas e médias empresas (PMEs) e pelo fato de que 75,7% da população ativa está empregada na economia informal. Além disso, o sistema tributário e as dificuldades de acesso ao crédito são obstáculos significativos ao desenvolvimento empresarial, o que contribui para a expansão do setor informal, caracterizado pela criação limitada de empregos dignos (Ceita, 2021).

Conforme Bonifácio (2018), não é viável aumentar o poder de compra no mercado apenas atraindo turistas com maior capacidade financeira ou por meio da ampliação da produção voltada para a exportação de bens e serviços direcionados a nichos de mercado a longo prazo. O autor ressalta que, embora o país seja um microestado, ele deve cumprir todas as funções inerentes a um estado, incluindo funções de soberania, como defesa, segurança e justiça, além de funções sociais, como educação, saúde, saneamento, e fornecimento de água e eletricidade. Ademais, Bonifácio menciona que, quanto menor for o mercado do estado, mais altos serão os custos proporcionais dessas funções para os cidadãos (Bonifácio, 2018).

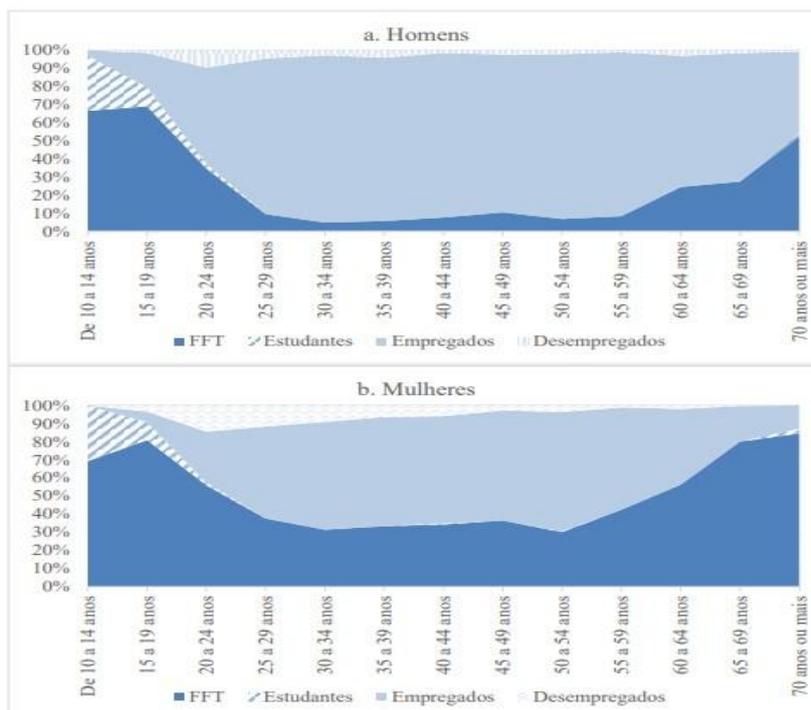
3.2. Situação do Desemprego jovem

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular que apresenta uma economia vulnerável, sujeita a choques externos, e possui uma população jovem que está cada vez mais educada. O país é classificado como de rendimento médio-baixo, com cerca de metade dos seus 225.000 habitantes tendo menos de 18 anos, e uma taxa de matrícula no ensino secundário de 89% (Banco Mundial, 2023). A limitada dimensão territorial e a baixa população restringem o desenvolvimento de atividades económicas de grande escala, resultando em uma base produtiva pequena e pouco diversificada. Apesar de um PIB per capita em torno de 2.400 dólares, o país enfrenta altos índices de pobreza, com uma taxa de 15,6% da população vivendo com menos de 2,15 dólares por dia, além de

desigualdade de renda, refletida em um índice de Gini de 40,7, e escassez de oportunidades de emprego, exacerbadas por vulnerabilidades socioeconômicas (Banco Mundial, 2023).

Nos últimos anos, São Tomé e Príncipe tem enfrentado desafios significativos relacionados à pobreza e ao desemprego. Em 2010, aproximadamente 66,2% da população vivia na pobreza. Em 2012, a taxa geral de desemprego foi de cerca de 13,6%, com disparidades de gênero: as mulheres apresentavam uma taxa de desemprego de 19,7%, enquanto entre os homens era de 9,3%. Os jovens são os mais afetados, com quase um terço (32,7%) dos desempregados tendo menos de 24 anos e mais da metade (59,6%) com menos de 34 anos. Essa situação é resultado de vários fatores. O aumento da população jovem e a escassez de oportunidades de trabalho estão diretamente relacionados a uma economia com baixa produtividade, subfinanciada e dominada pelo setor informal. Ademais, o sistema educacional e a formação profissional mostram-se ineficazes, agravando o cenário. A governança em relação ao emprego é delicada, e não há uma estratégia de inserção profissional suficientemente dinâmica. A ausência de uma colaboração efetiva entre o setor público e privado, que conecte a administração pública, as organizações de trabalhadores e o setor privado, incluindo instituições de formação profissional, também contribui para a falta de oportunidades no mercado de trabalho (PNE, 2016).

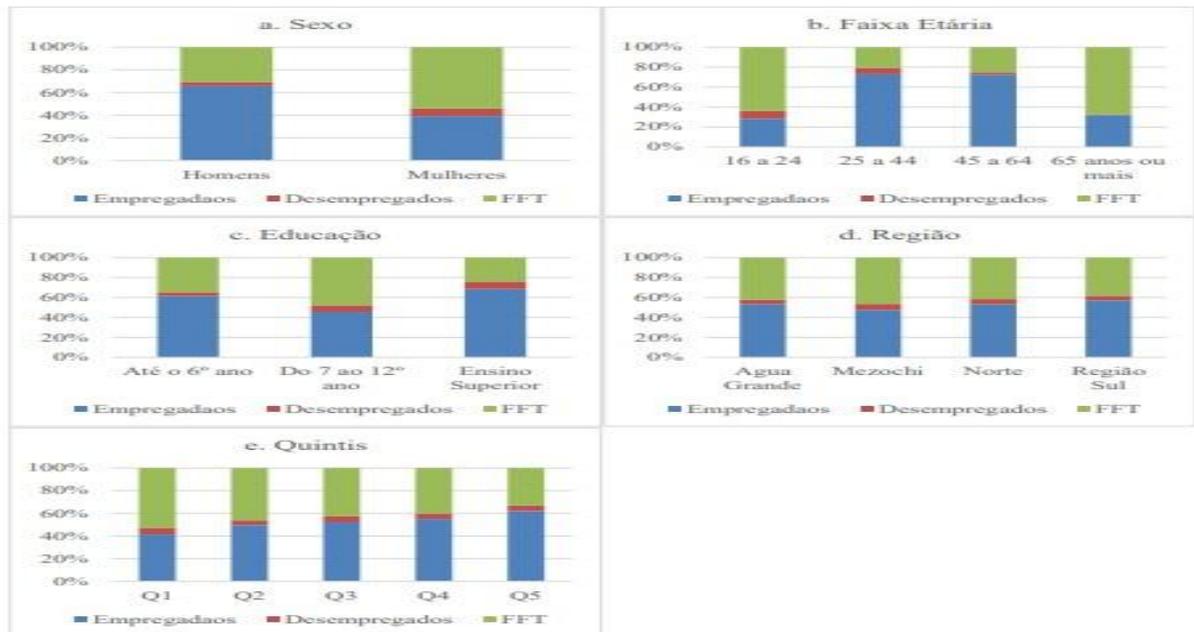
Figura nº 2 – Participação na força de trabalho por sexo e faixa etária



Fonte: IOF (2020)

De acordo com dados apresentados na figura 2, cerca de 70% dos jovens entre 10 e 19 anos não estão trabalhando nem estudando, o que significa que não estão adquirindo as capacidades necessárias para conseguir empregos qualificados no futuro. Os homens frequentemente ingressam no mercado de trabalho entre os 20 e 24 anos com competências muito limitadas, o que reduz suas oportunidades de acesso a empregos mais qualificados e produtivos.

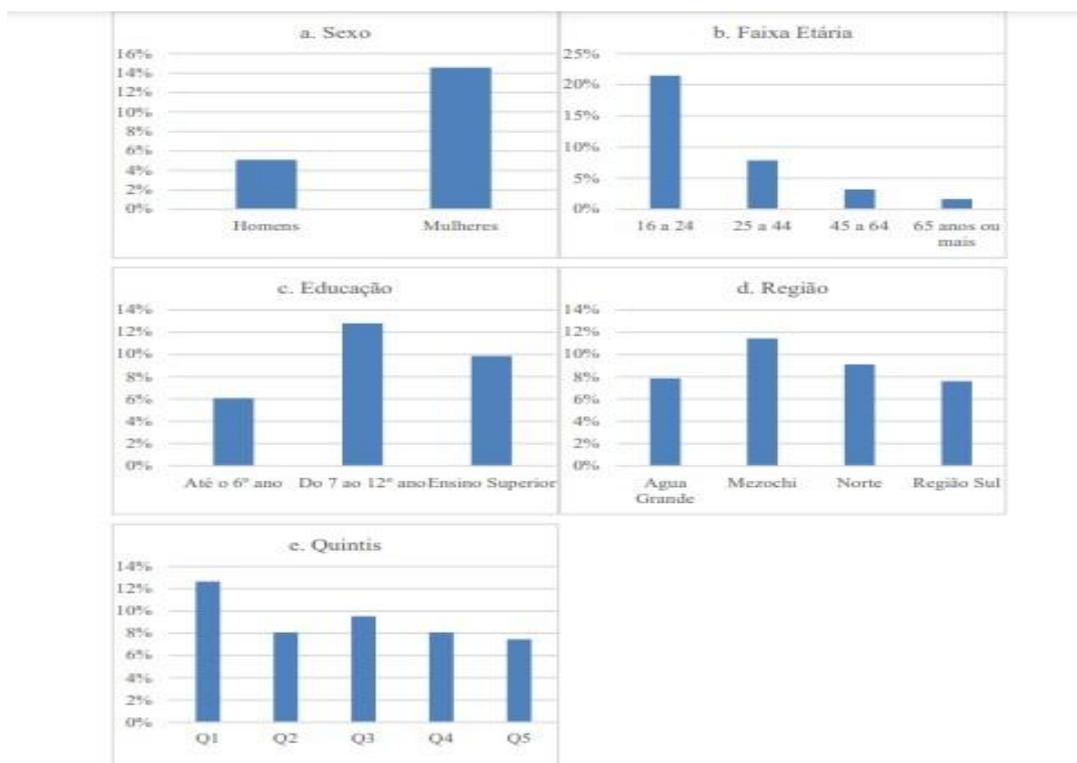
Figura nº 3 – Participação na força de trabalho



Fonte: IOF (2020)

A figura 3 revela a diferença na participação no mercado de trabalho entre os gêneros. Enquanto 70% dos homens com 15 anos ou mais estão empregados ou à procura de trabalho, menos de 50% das mulheres estão nessa mesma situação. Além disso, cerca de 16% das mulheres são donas de casa em período integral. A região Norte possui a maior taxa de participação, com 58,5%, enquanto Água Grande e Sul apresentam taxas de 57,3% e 61,4%, respectivamente. É evidente que as famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades devido à sua menor participação no mercado de trabalho em comparação com as famílias mais abastadas. Essa situação é especialmente problemática para as famílias mais pobres, onde apenas 47,4% dos membros estão empregados ou buscando emprego, resultando em uma maior dependência econômica (IOF (2020), pp. 42).

Figura nº 4 – Taxa de Desemprego



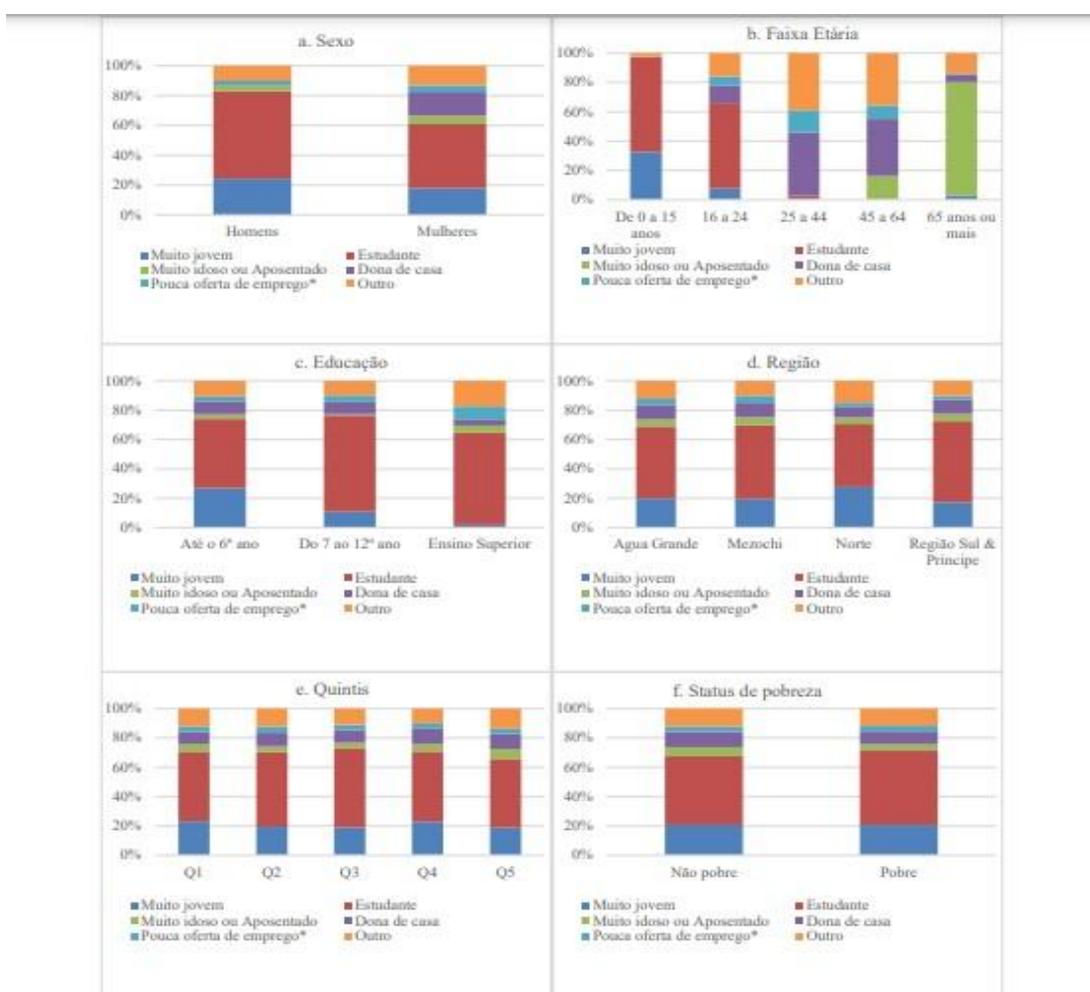
Fonte: IOF (2020)

Os dados das estatísticas nacionais indicam que a taxa de desemprego em São Tomé e Príncipe é de 8,9%, posicionando o país dentro da média para nações com PIB per capita semelhante (IOF, 2020). No entanto, essa taxa é inferior à de países como Kosovo (27,4%), Cabo Verde (12,2%), Iêmen (13,5%) e Santa Lúcia (21,2%). Ainda assim, o desemprego varia significativamente entre grupos populacionais: a taxa para mulheres é três vezes maior que para homens, enquanto entre os jovens atinge 21,3%. Em comparação, a taxa de desemprego para a faixa etária de 25 a 44 anos é de 7,7%, e para aqueles entre 45 e 64 anos, é de apenas 3,1%.

Ademais, a taxa de desemprego é mais alta entre pessoas com nível médio de escolaridade. Aqueles que completaram entre 7 e 12 anos de educação têm a maior taxa de desemprego entre todos os níveis, atingindo 12,7%. Em comparação, indivíduos com menos de seis anos de escolaridade e aqueles com ensino superior apresentam taxas de desemprego de 5,9% e 9,9%, respectivamente. Isso reflete que as pessoas com menos educação muitas vezes não têm a opção de não trabalhar, enquanto aqueles com maior formação têm acesso mais facilitado a oportunidades de emprego.

A região de Mé-Zóchi regista a maior taxa de desemprego, já que a maioria dos trabalhadores dessa área está empregada no setor público ou é autônoma sem funcionários. O fato de haver pessoas nos quintis mais baixos enfrentando taxas de desemprego elevadas é alarmante, pois indica a falta de oportunidades para os mais pobres se inserirem no mercado de trabalho. Assim, há uma necessidade urgente de implementar programas que promovam o acesso a empregos para a população de baixa renda (IOF (2020), pp. 44).

Figura nº 5 – Motivos que impedem a atividade profissional (indivíduos acima de 15 anos)



Fonte: IOF (2020)

Os dados da figura 5 mostram que cerca de 16% das mulheres não estão no mercado de trabalho porque exercem a função de donas de casa, estão estudando ou são muito jovens para ingressar no mercado de trabalho (IOF (2020), pp. 45). A condição de dona de casa é um fator adicional que impede as mulheres de trabalharem. Por isso, é essencial

implementar programas que desenvolvam as competências dos jovens, permitindo que consigam empregos, e que ajudem na transição das mulheres do papel de donas de casa para a força de trabalho.

Outras razões para a ausência no mercado de trabalho, como aguardar respostas de seleções, a falta de vagas ou o desemprego sazonal, representam apenas cerca de 3% dos motivos totais. A principal justificativa para a inatividade, em todas as regiões e faixas de renda, é ser muito jovem ou estar estudando, especialmente no caso dos jovens.

Para as mulheres, a principal razão é o trabalho doméstico. Esses dados indicam que ampliar a oferta de empregos pode não ser suficiente para atrair pessoas ao mercado de trabalho. Por exemplo, mulheres podem necessitar de um local seguro para deixar seus filhos ou de empregos com horários flexíveis, possibilitando trabalho em meio período (IOF (2020), pp. 46).

A tabela 1 mostra que as pessoas permanecem desempregadas por cerca de um ano e a mediana do desemprego das pessoas nas regiões é de 12 meses. Enquanto Água Grande emprega principalmente na agricultura e serviços, a região Norte emprega pessoas principalmente em serviços. Isso significa que a economia dessas regiões não pode absorver a oferta de mão-de-obra e o custo do desemprego é coberto pelos demais membros da família.

Tabela nº 1- Tempo de desemprego por região

Mediana de número de meses de desempregado			
	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	12	12	12
Mé- Zóchi	5	8	6
Norte	12	12	12
Região Sul	12	8	8

Fonte: IOF (2020)

Embora o desemprego não tenha a mesma duração em todas as regiões, o período de desemprego é alto em todas elas. Nas regiões de Mé-Zóchi e Sul, o tempo de desemprego é significativamente menor, atingindo 6 e 8 meses, respectivamente, mas ainda é um longo período de desemprego, especialmente sem seguro-desemprego. “Essa situação exigirá

uma análise mais profunda e poderá significar que o país precisará criar um melhor sistema de intermediação de emprego e pensar em criar um sistema de seguro desemprego” (IOF (2020), pp. 48).

3.3. Exemplos de Políticas de Combate ao Desemprego jovem em STP

Conforme o Relatório da Política Nacional de Emprego (PNE (2016), pp. 2) “esta política é fundamentada em seis princípios: a definição clara das funções do Estado, uma abordagem centralizada sobre a questão do emprego, a busca pela qualidade no trabalho e a conformidade com as normas internacionais, a garantia de acesso ao emprego para todos, a promoção de empregos sustentáveis e a ampliação do diálogo social”. Para atingir os objetivos que visam eliminar as causas do desemprego, o governo planeja implementar cinco eixos estratégicos dentro da PNE: “fortalecer as capacidades produtivas do setor privado; incentivar o autoemprego e o empreendedorismo entre mulheres e jovens; ampliar as oportunidades de formação técnica e profissional; criar programas de treinamento e apoio para jovens sem qualificação; e melhorar a governança no setor de emprego” (PNE (2016), pp.2).

Dentre esses eixos, o fortalecimento das capacidades produtivas do setor privado é visto como crucial, especialmente porque o setor público continua a crescer, com o número de funcionários aumentando de 4.862 em 2002 para 7.309 em 2013 (PNE (2016), pp. 49). Em resposta a essa situação, o governo decidiu intensificar as reformas, com foco nas esferas econômica e administrativa, através da implementação de um programa abrangente de modernização. Embora não haja previsão de redução do número de servidores públicos, é fundamental desacelerar as novas contratações ou até mesmo congelar esse tipo de recrutamento. Paralelamente, o desemprego continua a aumentar, uma vez que a economia enfrenta dificuldades para gerar empregos suficientes para atender à demanda crescente. Muitas grandes empresas privadas, que atualmente são fontes significativas de emprego, não apresentam perspectivas otimistas para a criação de novas vagas nos próximos anos. Nesse contexto, a capacidade de absorção da força de trabalho em São Tomé e Príncipe está diretamente ligada ao desenvolvimento do setor privado, que é essencial para a geração de empregos.

Essa força de trabalho pode ser mobilizada por meio das atividades do setor privado, o que explica a relevância do desenvolvimento deste setor como um pilar fundamental da PNE. “O objetivo é promover um crescimento económico acelerado, inclusivo e gerador de empregos, desde que existam boas perspectivas de crescimento a médio e longo prazo. Isso é particularmente relevante nos setores agrícola, que ainda possui grandes potenciais não explorados; na pesca artesanal; e no turismo, que oferece diversas oportunidades para a geração de novos empregos” (PNE (2016), pp.4).

Pontes (2022) enfatiza que o desemprego entre jovens em São Tomé e Príncipe traz sérias preocupações de ordem social e económica. Em sua pesquisa sobre a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, o autor examina o empreendedorismo juvenil como uma possível estratégia de inserção, observando que esses empreendedores enfrentam, em sua maioria, limitações como baixa escolaridade e dificuldades para obter financiamento. O estudo também identifica algumas políticas existentes que incentivam o autoemprego, incluindo programas de capacitação e formação. No entanto, Pontes aponta que seria importante implementar medidas adicionais que possam facilitar a criação de negócios próprios e melhorar a taxa de sucesso dessas iniciativas.

Capítulo 4| METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados os métodos utilizados para conduzir a investigação e alcançar os objetivos propostos. A metodologia é essencial para garantir que a pesquisa seja conduzida de maneira precisa e alinhada ao problema enunciado a ser estudado.

Como apontado por Sarmiento ((2013), pp. 4) “a metodologia é o estudo dos métodos empregados na ciência, sendo estes determinados pela natureza do objeto e do fenômeno em análise. Em cada campo científico, os objetos de estudo diferem, assim como os procedimentos necessários para investigá-los adequadamente”. Esta seção descreverá detalhadamente os métodos escolhidos, as técnicas de coleta de dados e os procedimentos de análise aplicados ao estudo do desemprego jovem em São Tomé e Príncipe.

De acordo com as ideias expostas, em função dos objetivos propostos, pareceu-nos conveniente a investigação assumir a natureza mista, quantitativa e qualitativa.

Creswell (2014) define essa abordagem como uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos dentro de um único estudo para melhor compreensão do problema de pesquisa. Na mesma linha de pensamento, o autor destaca três principais desenhos de pesquisa mista: convergente (simultâneo), explicativo sequencial e exploratório sequencial e enfatiza que a pesquisa mista é útil para compreender fenômenos complexos que não podem ser explicados apenas por números ou por narrativas isoladamente.

Greene (2007) argumenta que a abordagem mista permite triangulação, ou seja, a utilização de múltiplos métodos para validar e complementar os achados. Segundo a autora, a pesquisa mista amplia a profundidade da análise e fornece um retrato mais holístico da realidade estudada.

4.1. Métodos de recolha de Dados

De acordo com as ideias acima expostas, em função dos objetivos propostos, a investigação assumiu a natureza mista. Bryman (2006) enfatiza que a metodologia mista não deve ser apenas uma soma de métodos qualitativos e quantitativos, mas sim uma abordagem integrada, em que os métodos se complementam. O autor discute que muitas

vezes há desafios na combinação de métodos, como a necessidade de justificar epistemologicamente a mistura de abordagens distintas.

A obtenção de informações para este estudo ocorreu por meio fontes primárias, em particular com a aplicação do inquérito por questionário e entrevista, bem como, de fontes secundárias, para a análise bibliográfica. A recolha dos dados secundários possibilitou a construção do projeto de dissertação e a redação do capítulo de fundamentação teórica. Além disso, foram utilizados os dados primários para a construção do capítulo dos resultados.

4.2. Participantes

No âmbito da concretização do processo de investigação aplicaram-se dois tipos de instrumentos de recolha de dados: um inquérito por questionário e uma entrevista. O primeiro instrumento de recolha de informação destinou-se a participantes na investigação jovens, empregados e desempregados, com idade compreendida entre 18 e os 35 anos. A seleção dos participantes foi feita de acordo com os procedimentos de uma amostra de conveniência, não representativa, com um total de 50 pessoas. Para efeito de garantia da confidencialidade e do anonimato das fontes, exigível na investigação social, optou-se por não citar o nome dos inquiridos.

As entrevistas foram realizadas com sete participantes (cinco homens e duas mulheres) de diversas instituições nacionais, como FAO, REINA e Ministérios de Trabalho e Assuntos Sociais, Ministério de Juventude e Desporto, Escola de Formação Profissional, Ministério de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores. Antes disso, um pré-teste foi aplicado para ajustar o guião de entrevista.

4.3. Instrumentos e Técnicas de Recolha de dados

A quantidade de material documental a ser selecionado considerará o tempo disponível para a conclusão do trabalho. Conforme Sarmiento ((2013), pp. 57) “esse material é produzido pelo pesquisador a partir de fontes primárias, secundárias e bibliográficas, podendo incluir documentos atuais ou de natureza histórica”.

Para a coleta de dados primários nesta pesquisa, foram utilizados um inquérito por questionário e um inquérito por entrevista, que podem ser encontrados em Anexo a este documento. Os inquéritos foram criados com base nos objetivos específicos do estudo, resultando em duas versões: uma para desempregados e empregados (inquérito por questionário) e outra direcionada para instituições específicas (Inquérito por entrevista). O inquérito por entrevista foi estruturado em quatro partes, abordando o perfil dos entrevistados, a situação econômica de São Tomé e Príncipe, o desemprego juvenil e as políticas de combate ao desemprego. Antes das entrevistas, foi realizado um pré-teste com alguns membros do grupo-alvo, que sugeriram mudanças e adicionaram novas questões, aprimorando a coleta de dados. Já o questionário, destinado aos jovens, empregados e desempregados, foi aplicado por meio de inquérito online. Antes de sua distribuição generalizada, um teste foi feito com colegas e amigos, que ajudaram a divulgar o link do questionário. O pré-teste possibilitou ajustes, resultando em um inquérito dividido em duas seções, com perguntas específicas e direcionadas a empregados e desempregados, o que garantiu a maior qualidade das informações coletadas.

A opção por esta técnica para a recolha de dados destas categorias de participantes é justificada pelo pensamento, expresso por Barros & Lehfeld ((1986), citados em Rodrigues (2011), pp. 109).

Segundo os autores, realçam que: “a aplicação da técnica de inquérito por questionário é uma maneira indireta de recolher dados sobre a realidade, cuja utilização comporta vantagens, como a facilidade e rapidez com que se obtém a opinião de vários inquiridos acerca do problema a investigar e permite a recolha de dados de uma forma sistemática e ordenada, além de poder garantir o anonimato dos inquiridos e, conseqüentemente, uma maior liberdade nas respostas, com menor risco de influência do pesquisador sobre as mesmas”.

A entrevista é uma das técnicas mais comuns em pesquisas científicas, especialmente quando comparada a métodos como questionários, formulários, leitura de documentos e observação participativa. Ela permite que o pesquisador colete uma grande quantidade de dados e informações, tornando o trabalho mais enriquecedor (Prado, 2022). Além disso, proporciona ao entrevistador a oportunidade de esclarecer pontos durante as perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de novos tópicos não planejados. Esse tipo de interação é mais direta, personalizada, flexível e espontânea. A entrevista também

desempenha um papel importante na identificação de possíveis erros, por ser uma técnica adaptável, direcionada e económica, que antecipa questões, hipóteses e outros pontos úteis para a pesquisa, de acordo com as necessidades do entrevistado. Isso ainda oferece tempo para preparar outros instrumentos técnicos necessários para realizar a entrevista de maneira eficaz (Arnoldi (2006), citado em Prado (2022), pp. 87).

As mesmas foram organizadas em quatro seções principais. A primeira seção foca-se no perfil do entrevistado, isto é, um indivíduo qualificado, com capacidade de dar respostas as questões conforme os objetivos do estudo. Na segunda seção, busca-se identificar as causas do desemprego juvenil em São Tomé e Príncipe, compreender os tipos de desemprego presentes no país, e investigar os motivos pelos quais esse fenómeno afeta principalmente a população jovem, bem como as dificuldades e barreiras que enfrentam no mercado de trabalho. A terceira seção explora as consequências do desemprego juvenil nos âmbitos económico, social e político. Por fim, a quarta seção reúne opiniões sobre as políticas, programas e projetos implementados pelo governo, e seus parceiros, para a criação de novos empregos. A coleta de dados enfrentou diversos desafios logísticos, incluindo resistência das instituições em fornecer informações.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários online a 50 participantes, entre empregados e desempregados com idades entre 18 e 35 anos. Devido às dificuldades em realizar encontros presenciais, optou-se por utilizar a técnica de inquérito online, com o questionário desenvolvido na plataforma *Google Forms*. O instrumento foi dividido em duas seções. A primeira focou-se no perfil dos participantes, garantindo que fossem indivíduos dentro da faixa etária definida e em situação de emprego ou desemprego. Já a segunda seção foi composta por perguntas fechadas de múltipla escolha, elaboradas para captar informações diretamente relacionadas ao tema de estudo. As questões foram ajustadas para atender aos dois grupos (empregados e desempregados), permitindo a coleta de perceções distintas sobre o fenómeno em análise. A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2024.

4.4. Procedimento e tratamento dos dados

O processo de recolha de dados decorreu em duas fases. Na primeira, foi efetivada uma análise documental, baseada na revisão da literatura, com objetivo de percebermos,

cumulativamente, as noções de desemprego e seu impacto para economia. Já a segunda fase da investigação consistiu na recolha de dados no terreno, dados primários. Como referido, foram produzidos um inquérito por questionário e uma entrevista direcionados aos participantes. Já no terreno, e aos participantes exibi a minha intenção de efetuar o inquérito e a entrevista como parte de uma investigação e os seus respetivos fins, bem como a importância do respetivo estudo. Indiquei o vínculo institucional, e garanti também a confidencialidade e o anonimato dos participantes. A finalidade de aplicar o inquérito por questionário e realizar as entrevistas foi coletar as opiniões dos participantes e confrontá-las, a fim de gerar informações que auxiliassem na obtenção de uma conclusão sobre o tema em estudo.

Em conformidade com os objetivos e a natureza da investigação, afigurou-nos importante que a forma de tratamento de dados que melhor se enquadraria na natureza referida fosse à análise de conteúdos. Segundo Sarmiento ((2013), pp. 48), há várias técnicas que podem ser empregadas na análise de conteúdo, sendo que cada uma delas oferece resultados distintos em relação à interpretação da mensagem. Essas técnicas podem ser utilizadas isoladamente ou em combinação com outras, conforme a necessidade da análise.

Os dados foram registados numa folha de Excel e analisados utilizando as ferramentas de estatísticas descritivas disponíveis nesse programa. Além desse tratamento inicial, foram aplicadas técnicas básicas de análise mista dos dados secundários. A análise dos resultados inclui a aplicação de métodos estatísticos, permitindo uma interpretação mais profunda dos fatores envolvidos. Inicialmente, foi feita uma leitura exploratória das informações reunidas. Além disso, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, especialmente nas questões relacionadas às causas e consequências do desemprego jovem e às políticas de emprego.

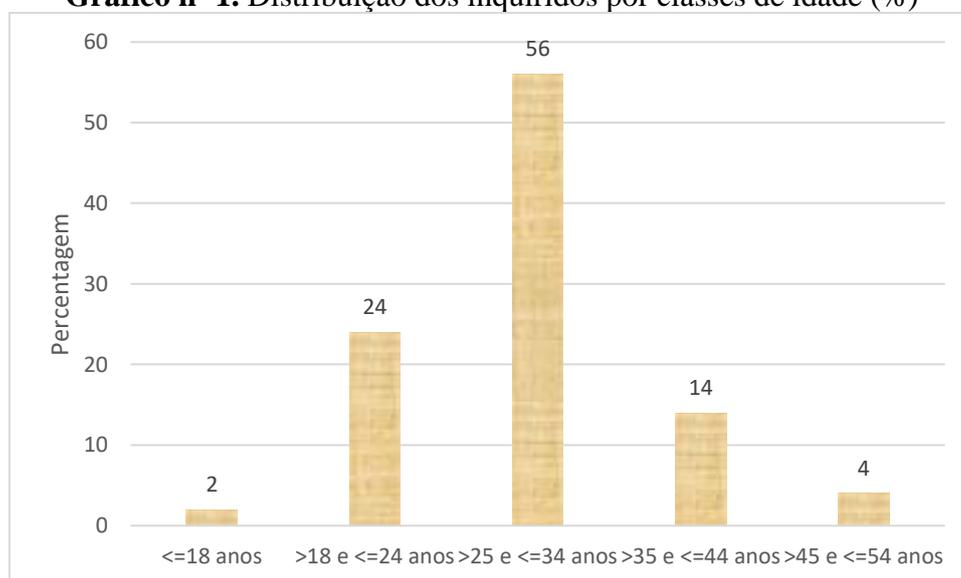
Capítulo 5| APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar os dados coletados por meio de questionários online e entrevistas. A primeira parte, análise dos questionários, envolve a caracterização dos participantes, levando em consideração a sua condição e perspectivas perante o desemprego e o emprego. Na segunda parte, as entrevistas são utilizadas para explorar as causas, os impactos e as políticas relacionadas ao combate ao desemprego juvenil em São Tomé e Príncipe.

5.1. Caracterização dos Inquiridos do inquérito por questionário

O questionário foi aplicado a 50 pessoas, das quais 36% são homens e 64% mulheres. A maioria dos participantes (56%) está na faixa etária de 25 a 34 anos, enquanto 24% têm entre 18 e 24 anos, e 14% têm entre 35 e 44 anos, demonstrando que a maior parte dos inquiridos faz parte do público-alvo do estudo (Gráfico 1).

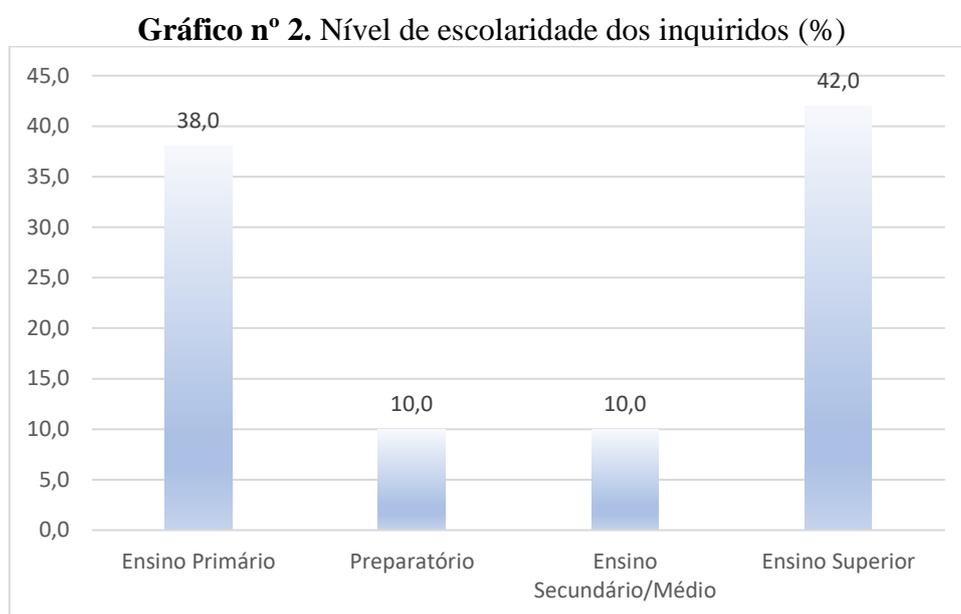
Gráfico nº 1. Distribuição dos inquiridos por classes de idade (%)



Fonte: Elaborada pelo autor

Quanto à composição familiar, 30% não têm filhos, 30% possuem um filho, 24% têm dois filhos, e apenas 2% possuem quatro filhos. No que diz respeito à escolaridade, 42% possuem ensino superior (licenciatura), enquanto 38% têm ensino primário, sendo estes

últimos os mais afetados pelo desemprego. Outros 10% possuem ensino médio ou preparatório (Gráfico 2).



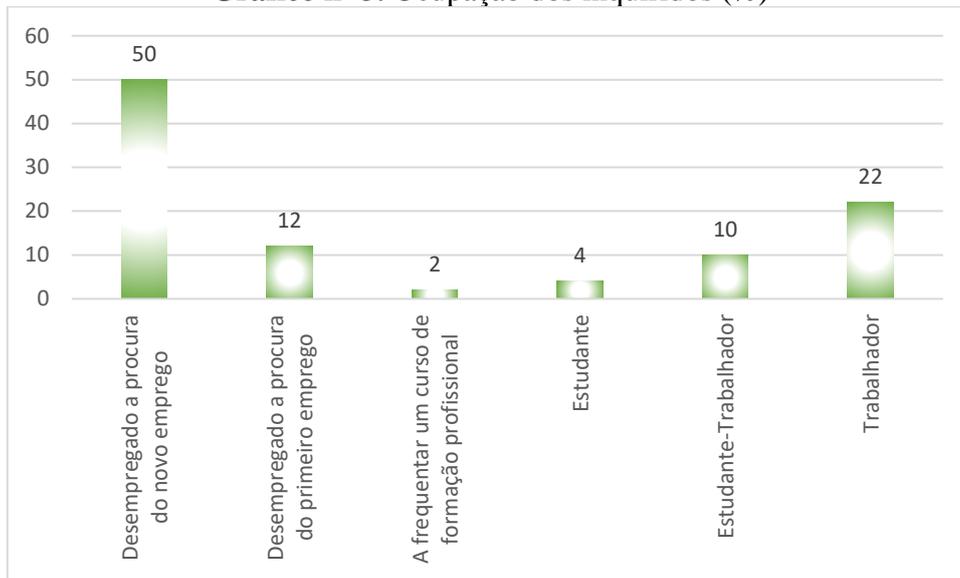
Fonte: Elaborada pelo autor

Geograficamente, a maioria dos inquiridos reside nos distritos de Água Grande e Lembá (ambos com 32,7%), outros 18,4% vivem em Lobata, 8,2% em Mé-Zóchi, 2% em Pagué na Região Autónoma do Príncipe, e 6,1% em Portugal.

5.2. Situação perante emprego e desemprego jovem dos inquiridos em STP

Em relação à ocupação dos inquiridos, 50% são desempregados à procura de um novo emprego enquanto 12% estão à procura do primeiro emprego. Dos restantes, 10% são estudantes que também trabalham, e 4% são apenas estudantes, 2% frequentam curso de formação profissional. Para alcançar o objetivo de compreender o problema do desemprego jovem em São Tomé e Príncipe, foi essencial recolher informações não apenas de indivíduos desempregados, mas também de pessoas que estão empregadas ou estudando, de modo a oferecer uma análise mais ampla e detalhada da situação. Entre estes, 22% estão empregados. No entanto, eles destacaram que o processo de obtenção de emprego foi difícil, reforçando a perceção de que as ligações político-partidárias desempenham um papel crucial no recrutamento, especialmente para posições no setor público, mas também no sector privado.

Gráfico nº 3. Ocupação dos inquiridos (%)

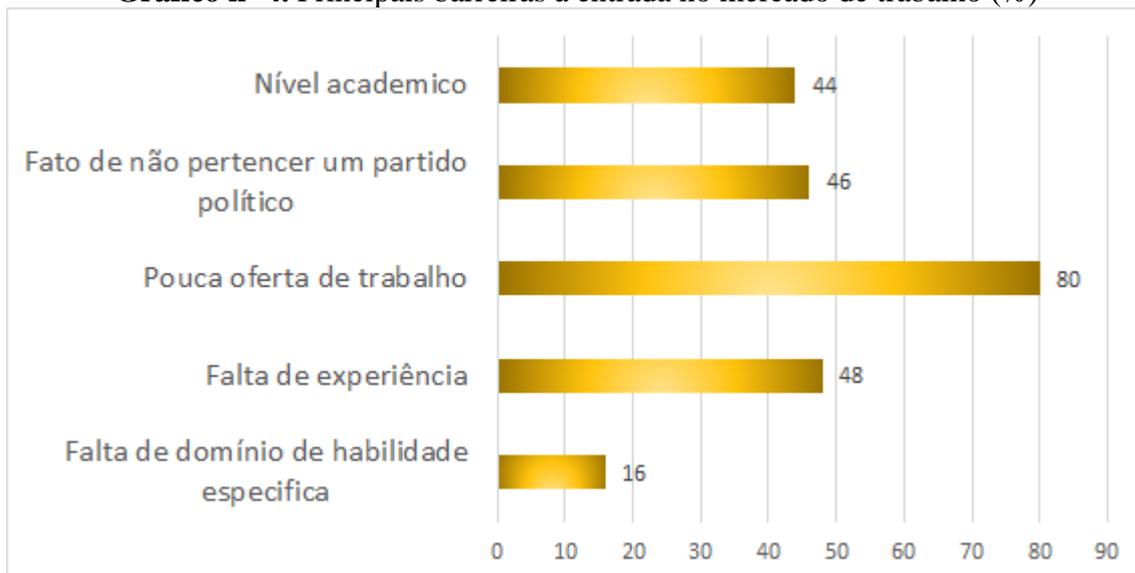


Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação à entrada no mercado de trabalho, cerca de 80% dos inquiridos identificaram a baixa oferta de vagas como um dos principais desafios, atribuída à incapacidade da economia de gerar empregos, ao fraco desenvolvimento do setor empresarial e à falta de políticas eficazes para criar oportunidades no país e no emprego.

Além disso, 46% apontaram a não filiação a um partido político como uma dificuldade, especialmente para vagas no setor público, um problema comum em muitos países africanos. 48% destacaram a falta de experiência como barreira, impactando especialmente os recém-chegados e os recém-formados, que enfrentam dificuldades devido à exigência de mais de um ano de experiência em muitas vagas. Ainda assim, foi observado que ser parente de alguém ligado à instituição onde se candidata aumenta significativamente as chances de contratação. O nível de escolaridade foi indicado por 44% como um obstáculo, enquanto 16% citaram a falta de habilidades específicas, especialmente no que diz respeito à adaptação às novas tecnologias, que vêm substituindo a mão de obra humana por processos automatizados mais eficientes. Por fim, alguns inquiridos também mencionaram os baixos salários como um problema para ingressar no mercado de trabalho em São Tomé e Príncipe. A escassez de vagas obriga muitos jovens a aceitarem empregos mal remunerados, apenas para garantir uma renda mínima que lhes permita subsistir.

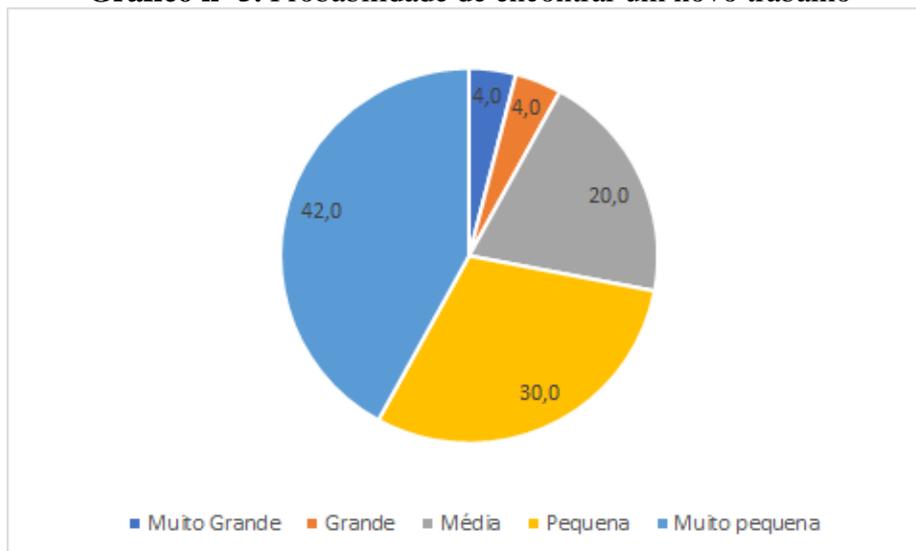
Gráfico nº 4. Principais barreiras à entrada no mercado de trabalho (%)



Fonte: Elaborada pelo autor

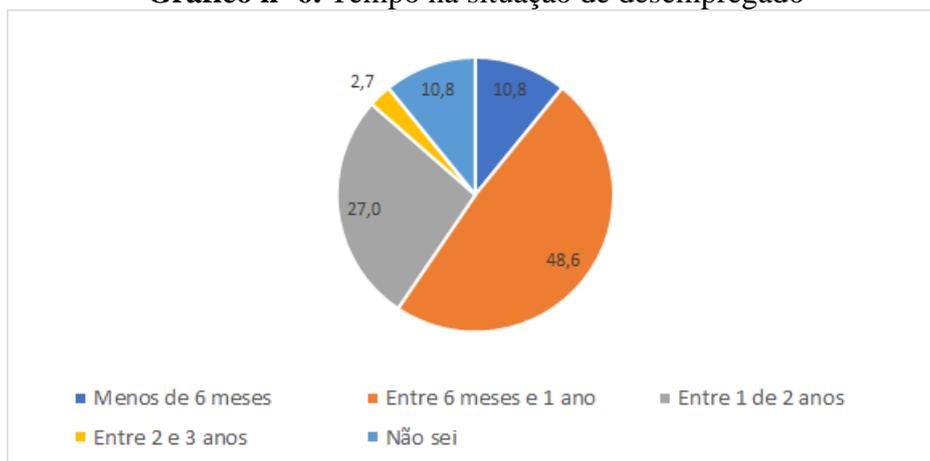
A maior parte dos indivíduos inquiridos indicou que a chance de conseguir um novo emprego em seis meses é bastante baixa. Com uma diferença mínima, 42% afirmaram que essa probabilidade é muito pequena, enquanto 30% consideram pequena e 20% avaliam essa possibilidade como média (Gráfico 5). No entanto, em São Tomé e Príncipe, há uma grande dificuldade em perder um emprego e conseguir um novo em menos de seis meses. Como mencionado anteriormente, existem poucas ofertas de trabalho, salários baixos e a ausência de incentivos governamentais para o empreendedorismo. É de salientar ainda, que mesmo tendo experiência, os respondentes consideram que não sendo membro familiar ou pertencer a partido político, a probabilidade de encontrar trabalho com rapidez é muito pequena, ficando entre 6 meses a um ano desempregado, mas em caso contrário a probabilidade é muito grande.

Gráfico nº 5. Probabilidade de encontrar um novo trabalho



Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico nº 6. Tempo na situação de desempregado

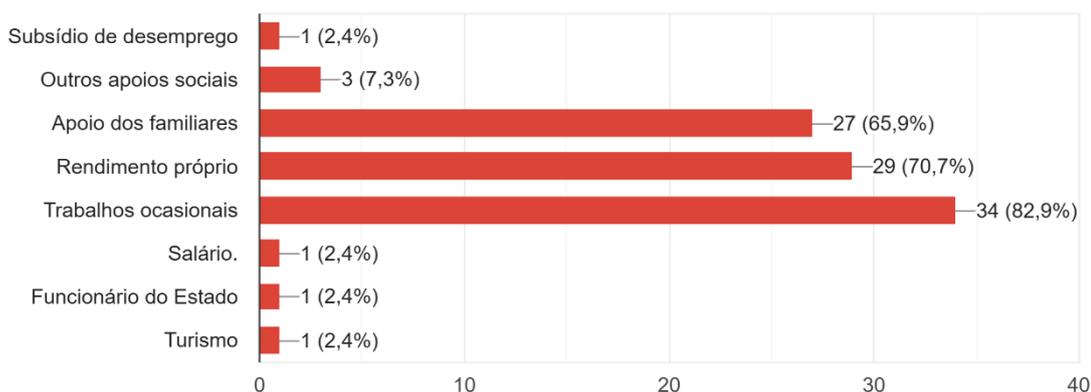


Fonte: Elaborada pelo autor

O Gráfico 6 revela que 10,8% dos inquiridos estiveram desempregados por menos de 6 meses, 48,6% ficaram desempregados entre 6 meses e 1 ano, e 27% permaneceram sem emprego por um período de 1 a 2 anos. Os 10,8% restantes não forneceram resposta. Esses dados indicam que, em média, um jovem recém-formado leva cerca de 1 ano para conseguir um emprego digno em São Tomé e Príncipe. Aqueles que conseguem um emprego em menos tempo provavelmente contam com o apoio de familiares, ou apresentam algum vínculo a um partido político no poder.

No que respeita aos meios de subsistência (Gráfico7), a maioria das pessoas (82,9%) depende de pequenos trabalhos informais para garantir o sustento, como serviços de guia turístico, trabalhos de construção civil, lavagem de carros, entre outros serviços temporários. Além disso, 70,7% têm uma renda própria, enquanto 65,9% dependem do apoio financeiro de familiares. Nos últimos tempos, devido à pandemia de COVID-19, foi implementado um programa de assistência para as famílias mais necessitadas. No entanto, a distribuição desses recursos tem sido injusta, com um claro viés partidário. Aqueles que apoiam um candidato em vez de outro frequentemente são excluídos do programa, o que gera desigualdade no acesso à ajuda. De realçar que somente 9 respondentes, cerca de 22% responderam somente com uma fonte de rendimento: funcionário público (1), apoios sociais (1), salário (1), rendimento próprio (3) e trabalhos ocasionais (3).

Gráfico nº 7. Meio de subsistência dos inquiridos



Fonte: Elaborada pelo autor

No que diz respeito “ao que está a fazer para sair da situação de desemprego”, a maioria dos inquiridos (78,4%), tem buscado anúncios de emprego na internet, enquanto 73,0% dos jovens santomenses expressaram o desejo de viajar para o exterior, especialmente para Portugal, onde muitos conseguem vistos de trabalho ou estudo. Além disso, 40,5% dos participantes enviaram candidaturas diretas e espontâneas. No entanto, como mencionado anteriormente, as chances de ser contratado são pequenas caso o candidato não seja filiado ao partido no poder ou não tenha um membro da família vinculado à instituição. Outro dado relevante é que 35,1% dos inquiridos estão frequentando cursos profissionais na tentativa de obter um emprego digno, tanto no país

quanto fora dele enquanto 27% estão cursando licenciatura ou mestrado na esperança de obter uma qualificação mais alta para melhorar suas chances no mercado de trabalho. Já 24,3% estão buscando o seu próprio emprego, criando pequenos negócios informais, o que contribui para a perda de receita fiscal para o estado. Por fim, 5,4% dos inquiridos registraram-se em centros de emprego, mas não recebem nenhum acompanhamento, ficando à mercê de uma possível vaga, quando poderiam ser encaminhados para programas de formação ou estágio profissional.

Gráfico n° 8. Medidas tomadas pelos inquiridos para sair do desemprego

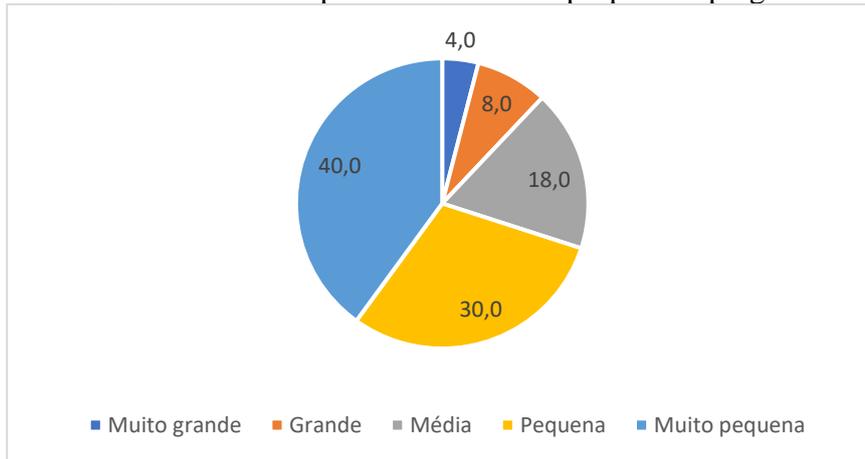


Fonte: Elaborada pelo autor

5.3. Perspetivas acerca do emprego e desemprego

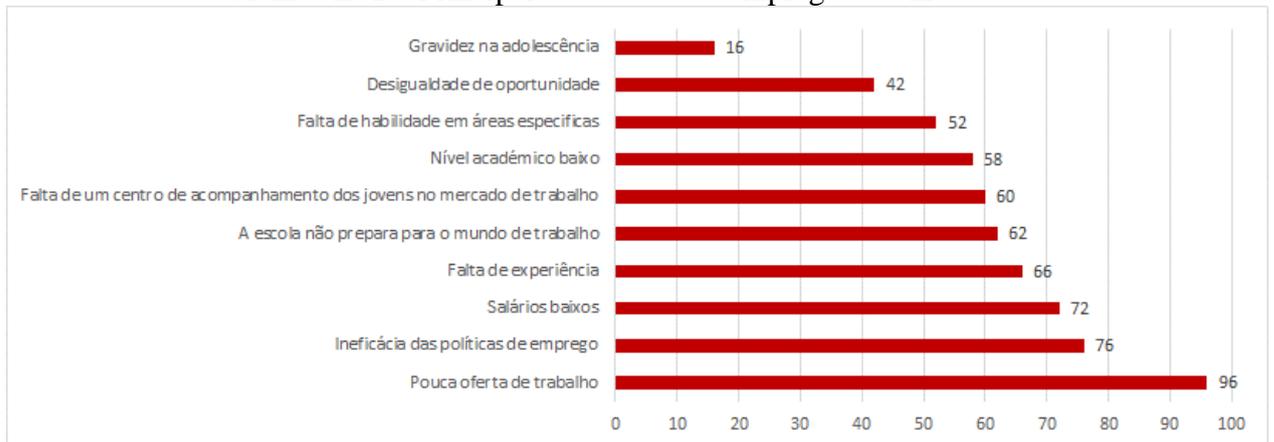
Relativamente à hipótese de criar seu próprio emprego se ficasse desempregado, os inquiridos manifestaram a opinião que as chances são bastante pequenas, 70%, somente 12% manifestou algum otimismo enquanto 18% considera que as hipóteses são médias (Gráfico 9).

Gráfico nº 9. Hipótese de criar seu próprio emprego



Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico nº 10. Principais causas de desemprego Jovem

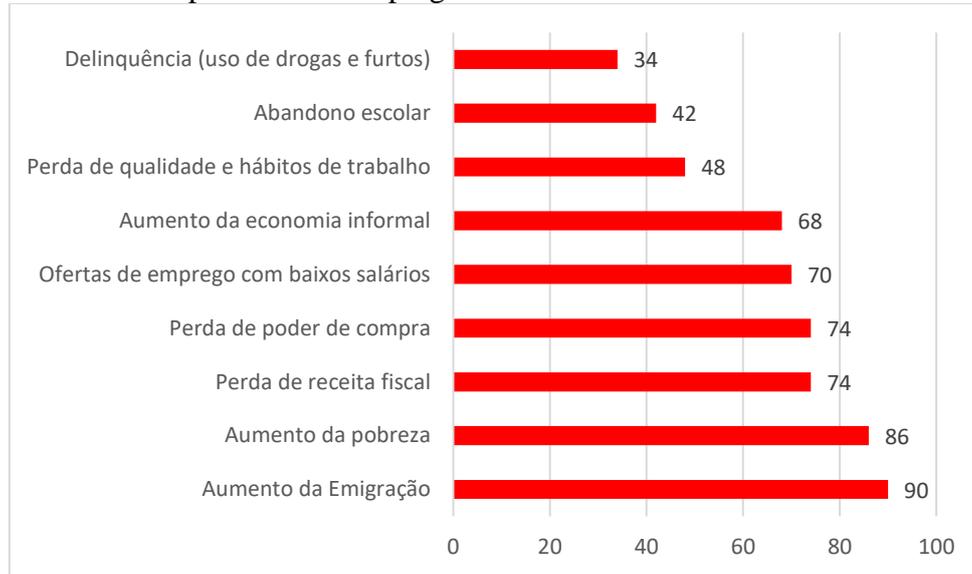


Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nos dados do Gráfico 10, as principais causas do desemprego jovem em STP por ordem de importância são:

- 1) Pouca oferta de trabalho
- 2) Ineficácias das políticas de emprego
- 3) Salários baixos
- 4) Falta de experiência
- 5) A escola não prepara para mercado de trabalho
- 6) Nível acadêmico
- 7) Falta de um centro de acompanhamento
- 8) Falta de habilidade na área específica
- 9) Desigualdade de oportunidade
- 10) Gravidez na adolescência

Gráfico nº 11. Impacto do desemprego Jovem na economia de São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborada pelo autor

O desemprego juvenil em São Tomé e Príncipe afeta a economia de duas maneiras principais: social e económica (Gráfico 11). Socialmente, há um aumento na pobreza (86%) e na emigração (90%), com muitos jovens deixando o país em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Além disso, observa-se uma queda na qualidade e nos hábitos de trabalho (48%), o abandono escolar (42%) e um crescimento na criminalidade (34%). Em termos económicos, há uma perda de receita fiscal e poder de compra em 74%, consequência do crescimento da economia informal (68%) no país, onde a maior parte dessas atividades não contribui diretamente para a economia nacional. Além disso, a perda do poder de compra se agrava; com uma taxa de desemprego elevada, o consumo diminui, afetando negativamente a economia e resultando em ofertas de emprego com salários baixos (70%), principalmente para os comerciantes estrangeiros que operam em diversos ramos de atividade económica gerando mais postos de trabalho mas com baixos salários, que com implementação do IVA, houve uma subida nos preços dos produtos (inflação), impactou diretamente o consumo e redução do poder de compra.

Diante das dificuldades que os jovens encontram para entrar no mercado de trabalho, os inquiridos compartilharam as seguintes opiniões, ordenadas por ordem de importância dos respondentes (Gráfico 12):

- Pouca oferta de trabalho
- Situação económica do país
- Fraca responsabilidade sobre situação de desemprego jovem em STP
- Falta de experiência
- Políticas de emprego inadequadas
- Falta de incentivos por parte do governo
- Baixo nível académico
- Sistema de educação e formação inadequado
- Pouca maturidade profissional

Gráfico nº 12. Dificuldades dos Jovens na incursão no mercado de trabalho



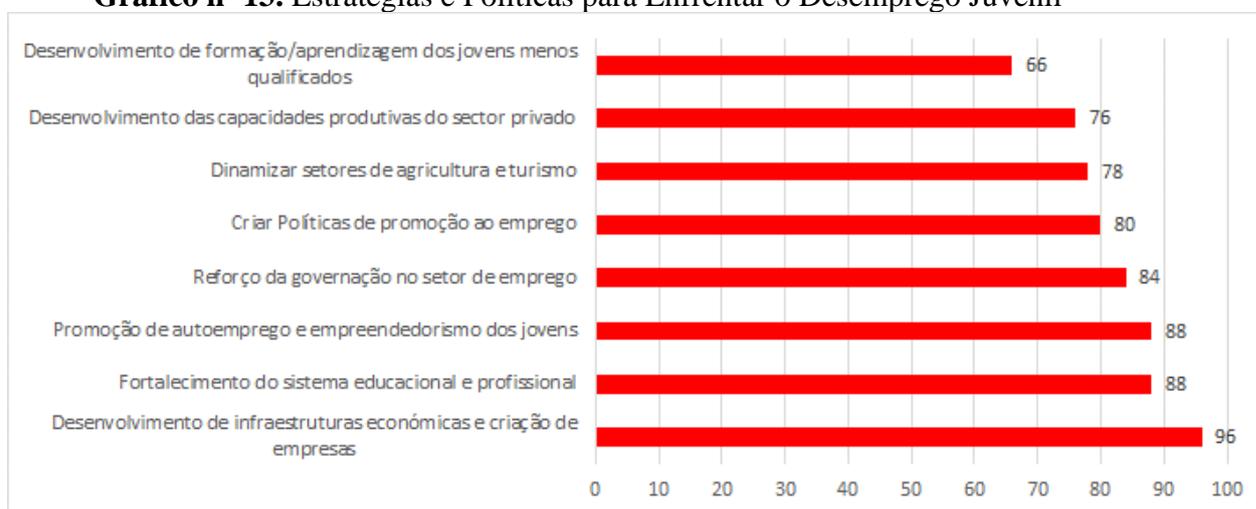
Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nas informações do Gráfico 13 e nas opiniões dos inquiridos, foram elaboradas propostas para superar as falhas do mercado de trabalho, priorizando as ações com maior percentual de citações. A principal sugestão é investir em infraestruturas e incentivar a criação de empresas (96%). Em seguida, destacam-se o fomento ao autoemprego e ao empreendedorismo juvenil (88%) e a valorização dos setores agrícola e turístico (78%). De acordo com o Plano Nacional de Emprego (PNE (2016), pp. 8), o fortalecimento do setor privado é essencial para ampliar a capacidade de absorção de mão de obra em São Tomé e Príncipe, sendo um elemento-chave para a geração de empregos. É necessário impulsionar um crescimento económico acelerado, inclusivo e sustentável, com perspectivas de desenvolvimento no médio e longo prazo. O setor agrícola é considerado estratégico, pois apresenta um grande potencial ainda subaproveitado,

enquanto os setores de pesca artesanal e turismo são vistos como áreas promissoras para a geração de novos empregos.

Além disso, outras medidas destacadas incluem a melhoria do sistema educacional e da formação profissional (88%) e a implementação de programas de capacitação para jovens com baixa qualificação (66%). A baixa qualificação da força de trabalho é identificada como um dos principais obstáculos à empregabilidade, agravado por um sistema de educação e formação profissional que segue um modelo tradicional, pouco ajustado às necessidades reais da economia nacional.

Gráfico nº 13. Estratégias e Políticas para Enfrentar o Desemprego Juvenil



Fonte: Elaborada pelo autor

É fundamental implementar políticas direcionadas ao estímulo do emprego juvenil (80%) e fortalecer a capacidade produtiva do setor privado (76%). Para enfrentar a crise do desemprego juvenil, é necessário que a criação de empregos para jovens seja tratada como uma prioridade nas decisões políticas, acompanhada por investimentos substanciais no setor privado para acelerar o crescimento e a geração de oportunidades. Além disso, é crucial fortalecer a organização do setor de emprego (84%). A gestão desse setor abrange serviços públicos que monitoram a oferta e demanda no mercado de trabalho, oferecendo apoio essencial aos desempregados na procura por oportunidades. Esses serviços desempenham um papel estratégico ao implementar políticas ativas de emprego, como programas de formação e orientação, que aumentam as chances de inserção dos desempregados no mercado. Também promovem uma conexão mais eficiente entre

empregadores e candidatos, facilitando a troca de informações e o preenchimento de vagas.

5.4. Análise do Resultado Obtido com as Entrevistas

A seguir apresentamos as respostas obtidas às perguntas feitas aos entrevistados que participaram das entrevistas. Foram entrevistados sete profissionais de diversas instituições, sendo cinco homens e duas mulheres: Diretor do Ministério de Trabalho, Emprego e Formação Profissional; Gestora de Recursos Humanos do Centro de Formação Profissional; Assistente de Apoio ao Programa da FAO; Administrador Financeiro do Ministério da Juventude e Desporto; Técnica Superior da REINA; Responsável pelos Projetos de Desenvolvimento; e o Membro de Sindicato dos Trabalhadores.

Caracterização da Economia de STP

Com base os resultados obtidos os entrevistados caracterizaram a economia de STP, pela falta de emprego no país, ausência de políticas de promoção ao emprego e conseqüentemente ao desemprego juvenil. Justificaram ainda que, sendo STP um país pequeno e dependente da ajuda externa, deve adaptar as políticas para melhor alocação dos recursos sobretudo nos setores chaves da nossa economia como a agricultura, pesca e turismo, para além de melhorar as infraestruturas, com vista, a atrair mais investimentos estrangeiros e impulsionar a economia.

Tipos de Desemprego Existente em STP

Os entrevistados afirmaram que os tipos de desemprego existente em STP são: estrutural, sazonal e cíclico. Primeiramente, o desemprego estrutural destaca-se porque o país tem uma procura por trabalhadores menor do que a oferta, temos um tecido empresarial fraco com pouca capacidade de contratar grandes quantidades de mão de obra. Salientaram ainda que o desemprego estrutural em São Tomé e Príncipe é significativo devido a falta de diversificação da economia e à necessidade de qualificação em áreas específicas que não correspondem às competências de força de trabalho

disponível. São Tomé e Príncipe possui uma economia fortemente baseada na agricultura, pesca e turismo, setores que naturalmente enfrentam variações sazonais na sua atividade e na procura de mão-de-obra, porque existem épocas do ano, especialmente fora da temporada de colheita ou da época alta do turismo com uma redução na procura por trabalho, mas afirmam que o desemprego sazonal é moderado. O desemprego cíclico, relacionado com as flutuações económicas e crises tem um impacto limitado em STP devido a sua dependência da ajuda externa e moderada vulnerabilidade a sofrer choques externos em comparação com economias maiores.

Causas do Desemprego Jovem em STP

Segundo os entrevistados as causas do desemprego estão relacionadas com: i) a ineficácia de política de emprego; ii) as desigualdades de oportunidades; iii) a falta de competência em áreas específicas; iv) o facto de a escola não preparar os estudantes, convenientemente, para o mundo de trabalho; e v) pouca oferta de trabalho. Salientaram ainda a falta de um projeto de vida e a existência de uma economia pouco diversificada. Um projeto de vida para a população desempregada deve ter como foco o empoderamento, a inclusão social e a criação de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Impacto do Desemprego Jovem para Economia de STP

Os entrevistados destacaram que o desemprego juvenil tem sido um fator crucial para o aumento da pobreza em São Tomé e Príncipe. Segundo dados do Banco Mundial (2024), apesar do PIB per capita ser de aproximadamente 2.817 USD, o país enfrenta sérias dificuldades socioeconómicas, incluindo uma alta taxa de pobreza, uma desigualdade de distribuição do rendimento (com um índice de Gini de 40,7) e a falta de oportunidades de emprego. Cerca de 45% da população vive com menos de 3,65 USD por dia (em Paridade Poder de Compra, 2017), que é o limite de pobreza internacional para países de renda média-baixa, como São Tomé e Príncipe. Dentro dessa parcela, 15,7% da população sobrevive com menos de 2,15 USD por dia.

Além do aumento da pobreza, também há um crescimento na emigração, com muitos jovens saindo do país em busca de oportunidades de estudo e trabalho, número que tem vindo a aumentar. Outras consequências referidas incluem a perda do poder de compra,

a diminuição da receita fiscal, a expansão da economia informal, a degradação dos hábitos e da qualidade do trabalho, ofertas de emprego com salários baixos, o abandono escolar e um aumento na delinquência.

Relação entre o Contexto Empresarial Atual em STP, a Geração de Empregos para Jovens e o Combate ao Desemprego.

Os entrevistados afirmaram que o ambiente empresarial atual em São Tomé e Príncipe não facilita a geração de empregos nem o enfrentamento do desemprego juvenil. Essa realidade é atribuída a uma economia pouco diversificada, a vários desafios no ambiente de negócios, à baixa produtividade, à falta de iniciativa empreendedora, e a um sistema educacional e de formação profissional deficiente. Além disso, as incertezas políticas e económicas, somadas à implementação do IVA, têm trazido muitas dificuldades para as empresas, principalmente em razão do aumento de preços e das tarifas alfandegárias, o que afeta o poder de compra da população. Para agravar a situação, as altas taxas de juros limitam o acesso ao crédito, dificultando o investimento e o crescimento de pequenas e médias empresas. Dessa forma, a dificuldade de acesso ao financiamento torna-se um obstáculo importante para o desenvolvimento económico e para a redução da pobreza.

As Medidas e Políticas que o Governo, e os Parceiros, Deviam Adotar para Combater o Desemprego Jovem.

Os entrevistados consideraram as seguintes medidas como fundamentais no combate ao desemprego: investir na educação e formação técnica e profissional, incentivo ao empreendedorismo, permitir as parcerias público-privadas e políticas ativas de emprego. Nestas os subsídios e subvenções e a orientação ao emprego jovem, implementação de políticas fiscais aos jovens empreendedores e continuidade do estágio profissional implementado pelo governo, assumem papel relevante, assim como, reformas económicas e setoriais, diversificação económica e apoio a setores emergentes, como por exemplo, nas tecnologia e turismo sustentável e diminuição da taxa que os empreendedores suportam aquando da criação das empresas.

Acesso a Subsídios e Financiamentos, para Criar Empregos, por parte dos Jovens

O financiamento é referido como uma das maiores dificuldades que os jovens enfrentam de forma a encontrar a sustentabilidade financeira, devido à falta de programa específico, baixa disponibilidade de capital, burocracia e complexidade em criar uma atividade económica própria.

A Geração de Empregos é uma Estratégia Eficaz para Enfrentar o Desemprego Juvenil.

De acordo com as opiniões dos entrevistados, a criação de empregos próprios é uma estratégia eficaz para combater o desemprego, pois permitirá um melhor aproveitamento das oportunidades disponíveis localmente, além de incentivar a inovação e a diversificação da economia. Essa abordagem também contribui para o desenvolvimento e a capacitação dos jovens, promovendo o seu empoderamento e autonomia, enquanto ocupa a mão de obra e cria empregos, ajudando a reduzir significativamente o desemprego juvenil. Contudo, é essencial que os jovens recebam formação e capacitação adequadas para poderem criar os seus próprios negócios.

Papel da Direção do Empreendedorismo perante o Fenómeno do Desemprego Jovem.

Os entrevistados afirmaram que a direção do empreendedorismo deve liderar a formação de jovens, estar focada em promover a criação de novos negócios, financiamento, orientação, organizar palestras e feiras empreendedoras e a descentralização seus serviços, como principais estratégias de combate ao desemprego.

Adequação dos Mecanismos Disponíveis para a Formação dos Jovens, Visando a Promoção do Emprego Próprio.

Os entrevistados disseram que estes mecanismos não são totalmente adequados, apesar da criação de Guichê Único, REINA, crédito bancários, os entrevistados salientaram

sobre a falta de programas abrangentes e acessíveis que integram a formação de jovens, apoio financeiro e orientação no plano do negócio.

A posição do Conselho Nacional da Juventude perante o Fenómeno de Desemprego Jovem em STP.

O respondente F avançou que a CNJ não está preparada e nem tem estrutura técnica para fazer reconhecer a sua posição. Apesar dos esforços feitos, em parceria com Ministério da juventude e a Direção do Empreendedorismo, através da introdução de disciplina de empreendedorismo na escola, a contribuição do CNJ é modesta.

Medidas que o Sindicato dos Trabalhadores Deveria Adotar Mediante a Situação do Desemprego Jovem em STP.

O entrevistado F respondeu que o sindicato deve reduzir a pressão sobre os empregadores e contribuir para formar seus membros, os trabalhadores. O entrevistado J apela à implementação das seguintes medidas: Defesa de uma política de emprego jovem, ou seja, o desenvolvimento de esforços para promover e implementar iniciativas públicas e privadas que abordem o desemprego juvenil de maneira estratégica e sustentável, Promoção de programa de capacitação, facilitação de acesso ao financiamento, criação de parcerias com empresas e ONG, monitoramento e avaliação das políticas de emprego e campanhas de sensibilização e informação.

Capítulo 6| CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi analisar a compreensão do problema do desemprego juvenil em São Tomé e Príncipe. Este capítulo apresenta as principais conclusões e contribuições da pesquisa, além de discutir suas limitações e sugerir caminhos para futuras investigações.

6.1. Principais Conclusões

Este estudo teve como objetivo procurar compreender distintas vertentes que caracterizam o problema do desemprego entre os jovens em São Tomé e Príncipe, identificando suas causas, consequências, mas também analisando as políticas afirmativas voltadas para a criação de empregos destinados aos jovens desempregados, ou seja, dar resposta as duas questões da investigação. Assim, em sentido amplo, os principais resultados obtidos permitem concluir, a partir das respostas aos instrumentos de recolha de informação, que: 1) muitos jovens relataram que não possuem as competências técnicas e práticas exigidas pelo mercado de trabalho, isto é, a falta de qualificação profissional; 2) os entrevistados mencionaram que os cursos disponíveis não correspondem às áreas com maior potencial de emprego, ou seja, desequilíbrio entre oferta educacional e demanda do mercado; 3) as empresas priorizam candidatos com experiência, criando um ciclo que dificulta a entrada de jovens no mercado; 4) o turismo, agricultura sustentável foram destacados como áreas promissoras para o emprego jovem, são setores com potencial de geração de empregos e a necessidade de políticas públicas mais eficazes; 5) os participantes apontaram que programas de apoio ao emprego jovem precisam ser mais bem estruturados, com foco em resultados concretos; 6) os pontos anteriores sintetizam os resultados mais relevantes, ajudando a direcionar políticas e ações voltadas para o combate ao desemprego juvenil.

O primeiro objetivo específico visava proceder à caracterização da economia, do emprego e do desemprego em STP. Neste sentido, os resultados obtidos permitem afirmar que a economia de São Tomé e Príncipe, caracteriza-se por uma elevada dependência de recursos financeiros externos, pela fragilidade do setor empresarial, resultado da reduzida

dimensão populacional do país. Esses elementos tornam a economia nacional especialmente suscetível a choques externos. Além disso, contribuem para a limitada oferta de empregos, uma vez que o setor público se encontra sobrecarregado, dado que a maior parte da população busca oportunidades de trabalho em departamentos governamentais, enquanto faltam políticas eficazes para fomentar a criação de novos postos de trabalho sobretudo promovidos pelas empresas privadas e organizações do 3º sector.

O segundo objetivo específico visava a identificação das principais teorias explicativas sobre o emprego, desemprego e desemprego jovem e as respetivas políticas. Neste caso, ressalta a evidência de que estamos perante um dos maiores desafios em África, sendo uma grande preocupação para os jovens. Fatores como a crescimento demográfico lento a disparidade entre educação e empregabilidade, o desinteresse pela agricultura e a vulnerabilidade à radicalização agravam o problema. O emprego juvenil é essencial para enfrentar os desafios económicos e demográficos do continente. A principal causa do desemprego jovem, em África, é a incompatibilidade entre as competências adquiridas na educação e as exigidas pelo mercado de trabalho. Para mitigar esse problema, é fundamental implementar políticas que promovam o crescimento económico, de modo a dar origem à criação de mais postos de trabalho, mas sobretudo a melhoria da adequação entre as competências dos jovens trabalhadores e as necessidades das empresas através do desenvolvimento de uma política de formação que capacite os jovens para o mercado de trabalho, independentemente do nível de escolaridade alcançado.

O terceiro objetivo específico deste estudo é a caracterização das causas e consequências do desemprego jovem em STP. Em São Tomé e Príncipe, o tipo de desemprego predominante no país é estrutural, causado pelo desajuste entre a oferta e a demanda por empregos. A oferta de mão de obra é superior à demanda, não apenas porque a população que procura trabalho apresenta um maior volume por comparação com o número postos de trabalho que são disponibilizados, mas também devido à falta de qualificação dos trabalhadores em áreas específicas, e à economia pouco diversificada, que não acompanha as mudanças nas competências dos trabalhadores disponíveis. Atualmente, a taxa de desemprego no país é de 14,20%, com os jovens sendo os mais afetados, em especial as mulheres. Muitas jovens são obrigadas a abandonar a escola, em particular para assumir responsabilidades domésticas, devido à gravidez precoce.

É importante destacar que o desemprego no país é resultado de diversos fatores, como a ineficácia das políticas de emprego, desigualdade de acesso a oportunidades, escassez de vagas no mercado de trabalho, baixos salários, inadequação do sistema educacional às exigências do mercado, ausência de centros de apoio e acompanhamento, falta de experiência profissional, insuficiência de competências específicas e limitações no nível académico. Esses fatores têm contribuído para a consolidação de um ambiente empresarial desfavorável à geração de empregos, além de alimentar incertezas económicas, políticas e baixos estímulos ao empreendedorismo. Somam-se a isso uma formação profissional e educacional deficitária e uma base produtiva fragilizada.

O desemprego jovem em STP não é um problema somente do governo; envolve os parceiros do desenvolvimento e todas as instituições que operam no mercado. Ainda assim, o Estado tem um poder ímpar na resolução do problema do desemprego entre os jovens na medida em que tem a possibilidade de promover políticas de emprego destinadas aos jovens, promover programas de capacitação e formação de jovens menos qualificados, reforçar a governança no setor de emprego, criar parcerias público-privadas, desenvolver infraestruturas para atrair investimentos diretos estrangeiros, fortalecer o sistema de educação, desenvolver capacidade produtiva e dinamizar o setor de agricultura e turismo, que atualmente têm contribuído para o crescimento da economia de STP.

É de salientar ainda que um indivíduo demora em média 1 ano para encontrar um emprego digno em STP. Entre os inquiridos do inquérito por questionário, empregados e desempregados, afirmaram que a probabilidade de conseguir um novo emprego é muito pequena. Quando respondiam ao questionário, os respondentes afirmaram depender de trabalhos sazonais como principal meio de subsistência, o que os coloca em uma situação vulnerável a aceitar empregos com baixos salários, além de que isso também potencia o uso de drogas e outras substâncias ilícitas, aumento da economia informal, perda de hábitos e qualidade de trabalho. Por outro lado, o facto de muitos jovens estarem fora do mercado de trabalho provoca perda de receitas fiscais, perda de poder de compra, aumento da emigração, em busca de melhores condições de vida, e aumento da pobreza.

Para escapar da pobreza e do desemprego, muitos jovens optam pela migração em busca de melhores oportunidades. Embora não exista um estudo específico sobre o tema, é evidente que os jovens de São Tomé e Príncipe têm deixado o país à procura de melhores condições de vida, oportunidades de emprego e um futuro melhor. Isso se deve a fatores

como salários baixos em comparação com o exterior, desigualdade de oportunidades, insegurança no trabalho e políticas de emigração.

No estudo desenvolvido, os respondentes consideram que o desemprego jovem em São Tomé e Príncipe é causado por fatores como ineficácia de políticas públicas, falta de qualificação, baixa diversificação económica e salários insuficientes. O setor público está sobrecarregado, e o setor privado carece de investimentos. A agricultura e o turismo têm potencial para gerar empregos, mas exigem inovação e infraestrutura. Muitos jovens migram devido à falta de oportunidades. As soluções para combater o problema do desemprego jovem incluem a capacitação profissional, parcerias público-privadas e estratégias de longo prazo alinhadas ao crescimento económico e social. O problema exige esforços conjuntos entre governo, sociedade e parceiros internacionais.

Outro dos principais obstáculos entre a oferta e a demanda de mão de obra jovem é a falta de informações sobre o mercado de trabalho e as qualificações necessárias para conseguir um emprego. Independentemente do nível de desenvolvimento de um país, o acesso a informações sobre o mercado de trabalho, estratégias de busca de emprego e orientação profissional são questões fundamentais para ajudar os jovens a fazer escolhas de carreira mais informadas, podendo resultar em melhores oportunidades, caso as vagas de trabalho estejam disponíveis.

O quarto objetivo específico desta dissertação visa a identificação de propostas de políticas para ultrapassar o desemprego jovem em STP. As políticas identificadas como forma de ultrapassar este problema, referem que as informações sobre o mercado de trabalho melhoram a quantidade e a qualidade da correspondência entre empregadores e candidatos a emprego, reduzem os períodos de desemprego e aumentam a eficiência do mercado de trabalho. A regulação do mercado de trabalho também é um elemento importante das políticas para promover a eficiência e a equidade no mercado de trabalho. No entanto, a legislação relativa à proteção salarial e de emprego dos jovens continua a suscitar controvérsia no debate sobre o emprego da juventude. Nos países onde o cumprimento da lei de trabalho é reduzido e os empregos remunerados são poucos, como acontece em muitos países africanos. As normas de regulação do mercado de trabalho têm sido, no entanto, frequentemente consideradas uma potencial causa do elevado desemprego dos jovens. Para os países em desenvolvimento, a questão não é se se deve ou não regular o mercado de trabalho, mas qual o tipo e o nível de regulação

adequada para se obter as melhores formas de proteção dos jovens, que são normalmente vulneráveis e inseguros, sem que isso iniba as empresas formais de os contratarem.

A criação de emprego pode ser apoiada pelo crescimento económico, que envolva um grande número de empregos, com especial incidência em setores atraentes, de acordo com as competências dos jovens, e escolha de investimentos com uma forte necessidade de empregos. Ainda que o potencial de empreendedorismo seja elevado, mas, para ser plenamente aproveitado, são necessárias medidas específicas. Entre elas, destaca-se a formação profissional que é uma área de intervenção fundamental, mas não uma panaceia. O planeamento das intervenções de formação profissional precisa ser bem articulado com outras políticas económicas. Será necessário dar uma atenção especial às necessidades de formação na economia informal.

A grande responsabilidade de promover políticas de estímulo ao emprego para os jovens cabe aos governos, sendo necessária coerência, coordenação e cooperação entre todas as instituições e organismos do governo, tanto a nível central como local. No entanto todos os intervenientes são fundamentais pelo que governo, parceiros sociais, sociedade civil e comunidade internacional, bem como a própria população jovem, todos têm um contributo importante a dar a esse processo. Por último, o emprego jovem não é uma questão isolada: reflete as condições económicas, geográficas, demográficas e outras particularidades de cada país. As políticas específicas da juventude serão mais eficazes quando alinhadas com outras políticas e prioridades e quando levarem em conta os contextos económicos e sociais. O principal desafio para os governos, contudo, está em determinar o modo de estabelecer a ponte entre a perspetiva de curto e de longo prazo e identificar as políticas apropriadas para absorver a população jovem na economia.

6.2. Limitações do Estudo

Como qualquer investigação, este trabalho teve limitações. O que maior impacto provocou no trabalho foram a escassez de literatura acessível ao autor deste estudo sobre a temática do desemprego jovem, pela elevada importância que o tema tem. Além disso, o acesso a dados e informação atualizada de caracterização da situação económica do país e que permitisse fazer um bom diagnóstico do problema do desemprego jovem foi muito difícil, uma vez que os dados disponíveis são muito limitados e antigos.

As outras limitações foram o tempo e os recursos financeiros insuficientes para alcançar uma amostra maior dos inquiridos. Em relação à recolha de informação primária, com base na técnica de entrevistas e inquérito por questionário, o processo foi dificultado pelo facto de estar fora de STP, sendo necessário recorrer a terceiros para efetuar as entrevistas. Na aplicação deste instrumento de recolha de informação deparámo-nos com muita resistência por parte de alguns respondentes, o que dificultou a conclusão do trabalho.

6.3. Implicações do Estudo

Esta investigação irá contribuir para a melhoria do conhecimento sobre o tema do desemprego jovem na economia santomense, servindo por isso de referência para os futuros investigadores. Por outro lado, chama a atenção aos decisores de política económica para a problemática do desemprego jovem e o seu impacto na economia.

6.4. Sugestões de Investigações Futuras

A partir do presente estudo, surgiram algumas ideias para futuras investigações, de que se destaca e apresenta a seguinte: considera-se que o problema de desemprego jovem em STP ainda carece de um estudo mais aprofundado e específico a fim de recolher mais informações sobre as principais causas, impactos e políticas adequadas para colmatar esta falha, quer no que respeita ao mercado de trabalho quer no âmbito da sua regulamentação em STP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abay, K. A., Asnake, W., Ayalew, H., Chamberlin, J., & Sumberg, J. (2021). Landscapes of opportunity: patterns of young people's engagement with the rural economy in sub-Saharan Africa. *Journal of Development Studies*, 57(4), 594–613. <https://doi.org/10.1080/00220388.2020.1808195>

Arulampalam, W. (2001). Is Unemployment Really Scarring? Effects of Unemployment Experiences on Wages. *The Economic Journal*, 111(475), F585–F606. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/798307>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

Ayhan, F. (2016). Youth unemployment as a growing global threat. *Actual problems of the economy* (7), Edic. 181, 262-269. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/306208380_Youth_unemployment_as_a_growing_global_threat. (Consultado em 09 de outubro de 2023)

Banco Africano de Desenvolvimento. (2016). *Relatório sobre o Desenvolvimento Africano 2015*. Nexo entre crescimento, pobreza e desigualdade: Superar barreiras ao desenvolvimento sustentável. Disponível em:

<https://www.afdb.org/en/documents/document/african-development-report-2015-growth-poverty-and-inequality-nexus-overcoming-barriers-to-sustainable-development-89715>. (Consultado em 09 de outubro de 2023)

Banerji A, Riedl MA, Bernstein JA, et al. (2018). Effect of Lanadelumab Compared With Placebo on Prevention of Hereditary Angioedema Attacks: A *Randomized Clinical Trial*. *JAMA*. 320(20):2108–2121. doi:10.1001/jama.2018.16773

Banco Mundial (2023). *São Tomé e Príncipe: aspetos gerais*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>. (Consultado em 30 de novembro de 2023).

Banco Mundial (2019). *World Development Report 2019: The changing nature of work*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>. (Consultado em 06 de dezembro de 2023).

Banco Mundial (2019). *Memorando Económico do País para São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentlist?qterm=P164180> (Consultado em 06 de dezembro de 2023).

Banco Mundial (2014). *Youth Employment in Sub-Saharan Africa*. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/new-report-outlines-priorities-to-address-africa-s-youth-employment-challenge>. (Consultado em 6 de dezembro de 2023).

Banco Mundial, (2008). *World Development Report: Agriculture for Development*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2008. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/197831468328557951/pdf/414560Portugue10Box334057B01PUBLIC1.pdf>. Consultado em 14 de novembro de 2023).

Bignotti, A.; le Roux, I. (2018). Discovering the entrepreneurial endowment of the youth. *African Journal of Economic and Management Studies*, 9 (1) 14-33. <http://dx.doi.org/10.1108/AJEMS-02-2016-0020>

Boeri, T. (2009). *Saving Europe's Last Generation Of Workers*. Project Syndicate. Disponível: <https://www.project-syndicate.org/>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

Bold, T., Filmer, D., Martin, G., Molina, E., Stacy, B., Rockmore, C., Svensson, J., & Wane, W. (2017). Matrícula sem aprendizagem: Esforço, conhecimento e habilidade dos professores nas escolas primárias em África. *Jornal de Perspetivas Económicas*, 31(3), 185-204. <https://doi.org/10.1257/jep.31.4.185>.

Bolton, W., Oatley, K. (1987). A Longitudinal Study of Social Support and Depression in Unemployed Men. *Psychological Medicine*, 17, 453–460. <https://doi.org/10.1017/s0033291700025010>

Bonifácio, F. L. A. (2018). *O Diagnóstico sobre a situação do emprego jovem em STP*. Março. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---program/documents/genericdocument/wcms_674583.pdf. (Consultado em 06 de dezembro de 2023).

Brown, R.A., Constant, L., Glick, P. & Grant, A.K. (2014). *Youth in Jordan: Transitions from Education to Employment*. RAND Corporation <https://doi.org/10.7249/RR556>

Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative Research*, 6 (1), 97-113. <https://doi.org/10.1177/1468794106058877>

Carreras, M., Sumberg, J. & Saha, A. (2021). Work and Rural Livelihoods: The Micro Dynamics of Africa's 'Youth Employment Crisis'. *European Journal of Development Research* (33) 1666–1694. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00310-y>

Ceita, E. J. A. R. (2021). *As Pequenas e Médias Empresas (PME) em São Tomé e Príncipe: Perfil, Problemas e Desafios*. Tese de Mestrado. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas especialização em Economia e Gestão para Negócios. Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/30144>. (Consultado em 03 de dezembro de 2023).

Chacaltana, J., & Dasgupta, S. (eds) (2021). *Is the future ready for youth? Youth employment policies for evolving labour markets*, ILO. Disponível em: https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/WCMS_776024/langen/index.htm. (Consultado em 04 de dezembro de 2023).

Coenjaerts, C., C. Ernst, M. Fortuny, D. Rei, & M. Pilgrim (2009). Youth Unemployment. In: OECD, *Promoting pro-poor growth: employment*. Paris: OECD. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. (Consultado em 10 de novembro de 2023).

Contini, B. (2010). *Youth employment in Europe: institutions and social capital explain better than mainstream economics*. Institute of Labor Economics, IZA Discussion Paper No. 4718, 1-31. Disponível em: <https://www.iza.org/>. (Consultado em 03 de outubro de 2023).

Cruz, W. E. (2020). *Identificar soluções para diminuir a dependência económica externa de São Tomé e Príncipe*. Tese de Mestrado. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios. Universidade de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/28948>. (Consultado em 30 de novembro de 2023).

Dagume, M. A., & Gyekye, A. (2016). Determinants of youth unemployment in South Africa: evidence from the Vhembe district of Limpopo province. *Environmental Economics*, 7(4), 59–67. doi: [http://10.21511/ee.07\(4\).2016.06](http://10.21511/ee.07(4).2016.06).

De Grip, A. & Van Loo, J. (2002). The economics of skills obsolescence: A review. de Grip, A., van Loo, J. and Mayhew, K. (Ed.) *The Economics of Skills Obsolescence (Research in Labor Economics, Vol. 21)*, Emerald Group Publishing Limited, Leeds, pp. 1-26. [https://doi.org/10.1016/S0147-9121\(02\)21003-1](https://doi.org/10.1016/S0147-9121(02)21003-1)

Dietrich, H. (2012). *Youth Unemployment in Europe Theoretical Considerations and Empirical Findings*, Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível: <http://www.youthpolicy.org/>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

Eichhorst, W., Hinte, H., & Rinne, U. (2013). Youth Unemployment in Europe: What To Do About It? *Intereconomics*, 4: 230–235. Disponível em: <https://docs.iza.org/pp65.pdf>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

FAO (2015). *Guiné-Bissau incentiva cadeias de valor da mandioca e da aquicultura para reduzir o desemprego juvenil*. Disponível em: <https://www.fao.org/home/en/> (Consultado em 23 de novembro de 2023).

FAO (2017). *Ministros da Agricultura instados a abordar o desemprego dos jovens rurais africanos*. Disponível em: <https://www.fao.org/home/en/>. (Consultado em 23 de novembro de 2023).

FERNANDES, A., Pereira, E., Bento, J., Madaleno, M., & Robaina, M. (2017). *Introdução a Economia*, 4ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.

Filmer, D., & Fox, L. (2014). *Youth Employment in Sub-Saharan Africa* [L’emploi des jeunes en Afrique subsaharienne - Rapport complet]. World Bank Publications - Books, The World Bank Group, number 16608. Disponível em: <https://documents.worldbank.org>. (Consultado em 21 de setembro de 2023).

Fox, L. (2019). *Economic participation of rural youth: What matters?* (IFAD Research Series, No. 46). Rome: International Fund for Agricultural Development. Disponível em: <https://www.ifad.org>. (Consultado em 21 de setembro de 2023).

Fox, L., & Kaul, U. (2018). The evidence is in: How should youth employment programs in low-income countries be designed? (*Policy Research Working Papers*). Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://documents.worldbank.org>. (Consultado em 21 de setembro de 2023).

Fundação Mo Ibrahim (2017). *Juventude Africana: Empregos ou migração?* Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-metade-dos-migrantes-africanos-ficaram-no-contidente-em-2017/a-48183448>. (Consultado em 23 de novembro de 2023).

Gomes, R., Silva S., Lopes, J. T., Vaz, H., Cerdeira, L., Cabrito, B., Peixoto, P., Machado-Taylor, M., Magalhães, D. M. & Brites, R. (2012). *A Fuga de Cérebros em Portugal: Considerações Metodológicas*. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://associacaoportuguesasociologia.pt>. (Consultado em 21 de setembro de 2023).

Görg, H.; & Görlich, D. (2011). *Trade and Labour Market Outcomes in Germany*. OECD Trade Policy Working Papers, No. 125, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/5kg3nh94z5r8-en>.

Görlich, D., Stepanok, I. e Al-Hussami, F. (2013). Desemprego juvenil na Europa e no mundo: causas, consequências e soluções. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/70102>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

Greene, J. C. (2007). *Mixed Methods in Social Inquiry*. San Francisco, CA: Jossey-Bass. Disponível em: <https://www.wiley.com>. (Consultado em 20 de setembro de 2023).

ILO (2021). *Relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre a Covid-19 e o mundo do trabalho*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_824092.pdf. (Consultado em 25 de novembro de 2023).

ILO (2015). *Global Employment Trends For Youth 2015: Scaling Up Investments In Decent Jobs For Youth*. Geneva, ILO. Disponível: <https://www.ilo.org/global/langen/index.htm>. (Consultado em 14 de novembro de 2023).

INE (2013). *Recenseamento geral da população e da habitação (RGPH, 2012)*. Disponível em: <https://www.ine.st/>. (Consulta em 25 de outubro de 2023).

Ingham, M. 1989. Education and youth unemployment: a reappraisal. *Journal of Economic Studies*, Vol. 16, No. 3. <https://doi.org/10.1108/EUM00000000000131>.

IOF (2020). *Perfil da Pobreza com o Inquérito de Orçamento Familiar de 2017*. Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://www.ine.st/phocadownload/userupload/Documentos/Inqueritos/Inqu%C3%A9rito%20aos%20Or%C3%A7amentos%20Familiare%20-IOF/Inquerito%20aos%20orcamentos%20familiares%202017.pdf>. (Consultado em 10 novembro de 2022).

Irwin, S, Mader, P. & Flynn, J. (2018). *Até que ponto o desafio do emprego jovem em África é específico para os jovens? (Relatório de questões emergentes do K4D)*. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/13861>. (Consultado em 10 de setembro de 2023).

Jesus, N. P. F. de (2018). *Precariedade jovem: a entrada no mercado de trabalho através do estágio*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais. Iscte Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/17107> (Consulta em 29 de setembro de 2023).

Khan, J. (2021). Fuga de cérebros académicos europeus: uma meta síntese. *Revista Europeia de Educação*, 56 (2), 265-278. <https://doi.org/10.1111/ejed.12449>

Losch, B. (2016). *Transformação estrutural para impulsionar a procura de mão-de-obra juvenil na África Subsariana: O papel da agricultura, das zonas rurais e do desenvolvimento territorial* (Documento de Trabalho n.º 204 da OIT sobre Emprego). Disponível em: https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS_533993/lang--en/index.htm. (Consultado em 21 de novembro de 2023)

Luísa, C. (2020). *Voluntariado e Mudança Social. Uma Relação Diacrónica na Ilha São Tomé e Príncipe*. Edição: Miguel Guerreiro, ISBN: 978-989-9023-39-0. Universidade de Algarve, Escola Superior de Educação e Comunicação.

Mia, E. McMillan, M. & Silver, J. (2018). Employment and Productivity Growth in Tanzania's Service Sector. In Richard Newfarmer, John Page, and Finn Tarp (eds), *Industries without Smokestacks: Industrialization in Africa Reconsidered* (Oxford, 2018; online edn, Oxford Academic, 20 Dec. 2018), <https://doi.org/10.1093/oso/9780198821885.003.0015>

Millman, C., Matlay, H., & Liu, F. (2008). Entrepreneurship education in China: A case study approach. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 15(4), 802–815. 2017, <https://doi.org/10.5465/amle.2015.0026>.

Monga, C., Shimeles, A. e Woldemichael, A. (Eds.). (2019). *Criação de empregos dignos: estratégias, políticas e instrumentos*. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/creating-decent-jobs-strategies-policies-and-instruments>. (Consultado em 21 de novembro de 2023)

Morris, E. (2006). *Globalization and its Effects on Youth Employment Trends in Asia*. Paper Presented to the Regional Expert Group Meeting on Development Challenges for Young People. Bangkok. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unyin/workshops/regm_asia_ilo_elizabeth_morris_paper.pdf. (Consultado em 21 de novembro de 2023)

McMillan, M., Rodrik, D. & Verduzco-Gallo, Í. (2014). Globalization, Structural Change, and Productivity Growth, with an Update on Africa. *World Development*, Elsevier, vol. 63(C), p. 11-32. Disponível em: <https://ideas.repec.org/s/eee/wdevel.html>. (Consultado em 09 de outubro de 2023).

Mryyan, N. (2014). Demographics, labor force participation, and unemployment in Jordan. *The Jordanian labour market in the new millennium*, 39-63. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198702054.003.0002>.

Msigwa R. & Kipesha E.F. (2013), Determinants of Youth Unemployment in Developing Countries: Evidences from Tanzania. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 4(14), 67-76. Disponível em: <HTTPS://IISTE.ORG>. (Consultado em 09 de outubro de 2023).

Nadú, P. H. S., Paiva, V. F. de, & Mantovani, G. G. (2022). Participação dos jovens-adultos no mercado de trabalho: Uma análise para o Brasil, Sul e Nordeste, em 2019. *Revista de Economia Mackenzie*, 19(1), 115–144. doi:10.5935/1808-2785/rem.v19n1p.115-144

Newfarmer, Richard, John Page, & Finn Tarp (eds). (2018). *Industries without Smokestacks: Industrialization in Africa Reconsidered* (Oxford, 2018; online edn, Oxford Academic, 20. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198821885.001.0001>.

Nilsson, B. (2019). A transição da escola para o trabalho nos países em desenvolvimento *Revista de Estudos de Desenvolvimento*, 55(5), 745-764. <https://doi.org/10.1080/00220388.2018.1475649>

Ndagijimana, J., Nzasingizimana, T., & Heshmati, A. (2018). An analysis of the determinants of youth employment in Rwanda. *UKH Journal of Social Sciences*, 2(2), 1–10. <https://doi.org/10.25079/ukhjss.v2n2y2018.pp1-10>.

Nogueira, M. O. (2020), *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4093>. (Consultado em 12 outubro de 2023).

O'Higgins, S. N. (2007). Trends in the Youth Labour Market in Developing and Transition Countries. *Internacional Security Review*, 50(4/97): 63–93. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.758907>.

O'Higgins, (2001). Youth unemployment and employment policy: *A global perspective*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/book/Youth-unemployment-and-employment-policy-a/995326786202676>. (Consultado em 15 de dezembro de 2023).

OIT (2024). *Diálogo interativo e lançamento do Work Wise Youth: Um guia para os direitos dos jovens no trabalho*. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>. (Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT, (2022). *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil: Investir na transformação futura para jovens*. Genebra: Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_853292/lang-pt/index.htm.

(Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT. (2018). *Relatório Mundial sobre Salários 2018/2019: A evolução dos salários e do emprego remunerado no mundo*. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_650553/lang--pt/index.htm. (Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT, (2015). *Trabalho forçado e tráfico de seres humanos: manual para inspetores do trabalho*. Genebra: Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_norm/%40declaration/documents/publication/wcms_144673.pdf. (Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT, (2011). *Tendências globais de emprego: O desafio de uma recuperação centrada no emprego*. Disponível em : https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/%40publ/documents/publication/wcms_150440.pdf. (Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT, (2012). *Global Employment Trends for Youth: A Generation at Risk*. Genebra: Disponível em: <https://www.ilo.org>. (Consultado em 21 de novembro de 2023).

OIT. (2006). *Relatório Global sobre Emprego Juvenil: Tornar o Trabalho Decente uma Realidade*. Genebra: Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms_114386.pdf. (Consultado em 21 de novembro de 2023)

Ordine, P., & Rose, G. 2015. Educational mismatch and unemployment scarring. *International Journal of Manpower*, 36(5), 733-753. <http://dx.doi.org/10.1108/IJM-03-2013-0048>.

Governo de São Tomé e Príncipe. (2016). Política Nacional de Emprego de São Tomé e Príncipe. Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais. Disponível em <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/STP/POLITIQUE%20NATIONALE%20EM%20PLOI.pdf>. (Consultado em 10 de novembro de 2023).

Pontes, C. A. C. S. (2022). *Política de Criação de Empregos e Rendimentos. Ensaio sobre o Desemprego Jovem em STP*. Dissertação de mestrado. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas. Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/3229>. (Consultado em 09 de novembro de 2023).

Prado, D. C. de O. (2022). *Competências Socioeconómicas: Caminhos Formativos para Ensino Fundamental – Anos Finais*. Disponível em: <https://mpe.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2022/Darina-Coelho-de-Oliveira-Prado.pdf>. (Consultado em 06 de outubro de 2023).

Rodrigues (2011). *A educação ambiental no ensino básico*. Trabalho não publicado. Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal.

Rodriguez-Modroño, P. (2019). Desemprego juvenil, NEETs e desigualdade estrutural na Espanha. *International Journal of Manpower*, Emerald Group Publishing Limited, 40 (3), 433-448. <https://doi.org/10.1108/IJM-03-2018-0098>

Rodrik, D. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1):1-33. DOI:10.1007/s10887-015-9122-3.

Ryan, P. (2001). A transição da escola para o trabalho: uma perspetiva transnacional. *Revista de Literatura Económica*, vol.39(1), 34-92. <https://doi.org/10.1257/jel.39.1.34>.

Sá, V. (2014). O Desemprego Jovem em Portugal. Projeto de Mestrado, Universidade de Coimbra. Repositório científico da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/25429> (Consultado em 04 de outubro de 2023)

Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Universidade Lusíada de Lisboa. Coleção Manuais. Lisboa.

Sumberg, J., Fox, L., Flynn, J., Mader, P., & Oosterom, M. (2020). Africa's "youth employment" crisis is actually a "missing jobs" crisis. *Development Policy Review*, 39(4), 621-643. <https://doi.org/10.1111/dpr.12528>

Sumberg, J. & Hunt, S. (2019). Os jovens rurais africanos são inovadores? Reivindicações, evidências e implicações. *Revista de Estudos Rurais*, 69, 130-136. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.05.004>

Speckesser, S.S., Gonzalez Carreras, F.J., Kirchner & Sala, L. (2019). Active labour market policies for young people and youth unemployment: An analysis based on aggregate data. *International Journal of Manpower*, Vol. 40, No. 8, 1510-1534. <https://doi.org/10.1108/IJM-03-2018-0100> (Consultado em 09 de outubro de 2023).

Taris, T.W. (2002). Unemployment and Mental Health: A Longitudinal Perspective. *International Journal of Stress Management* 9, 43-57 <https://doi.org/10.1023/A:1013067101217>

Tavares, E. M. C. (2019). *Estudo socioeconómico na Ribeira dos Picos-concelho de Santa Cruz: a situação e perspectivas dos jovens no meio rural* (Tese de Mestrado Universidade de Lisboa (Portugal)).

Tiny, L. (2021). *Impacto do Turismo sobre a diminuição de desemprego em São Tomé e Príncipe*. Trabalho final de Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais. Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe.

Torres, A. C. (2013). Transição para o ensino secundário em Portugal: vozes de estudantes sobre dificuldades académicas. *Educação e Sociedade*, 34(123), 35-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NXhMcrcqWkjinwkdXqH3QbGYk/>. (Consultado em 12 de outubro de 2023).

Ude, D. K. (2020). Youth Employment Challenge and Rural Transformation in Africa. Osabuohien E.S. (eds). *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6_3.

União Africana, (2014). Posição Comum Africana (CAP) sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/32848-doc-common_african_position.pdf. (Consultado em 21 de novembro de 2023)

United Nations (UN). 2013. *World Youth Report 2013. Youth and migration*. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/2013-2.html>. (Consultado em 14 de novembro de 2023)

Varandas, M. O. (2014). Políticas económicas para a criação de emprego (*Trabalho de projeto do mestrado em Economia, Economia do crescimento e das políticas estruturais*). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/25410>. (Consulta em 23 de novembro de 2023).

Verd, J. M., Barranco, O., & Bolívar, M. (2019). Youth unemployment and employment trajectories in Spain during the Great Recession: what are the determinants. *Journal for Labour Market Research*, 53(4), 1–20. <https://doi.org/10.1186/S12651-019-0254-3>.

Yeboah, FK & Jayne, TS (2018). A evolução das tendências de emprego em África. *Revista de Estudos de Desenvolvimento*, 54 (5), 803-832. <https://doi.org/10.1080/00220388.2018.1430767>

Zimmermann, K. F., Biavaschi, C., Eichhorst, W., Giuliatti, C., Kendzia, M. J, Muravyev, A., & Schmidl, R. (2013). Youth unemployment and vocational training. *Foundation and Trends in Microeconomics*, 9 (1/2), 1-157. <http://dx.doi.org/10.1561/07000000058>.

Anexos

Anexo 1 Guião de Entrevista

CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo./a. Senhor/a

O meu nome é Amício Fernandes, estudante finalista do curso de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, da Universidade de Évora em São Tomé e Príncipe.

No âmbito da realização da Dissertação, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do referido curso, estou a realizar uma pesquisa científica sob o título “O impacto do Desemprego Jovem para economia de São Tomé e Príncipe?”, cujos resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

Neste sentido, gostaria de contar com a sua disponibilidade para participar neste questionário sendo certo que a sua colaboração seria de extrema valia para o sucesso do mesmo. Gostaria, igualmente, de informar que serão assegurados a confidencialidade e o anonimato dos informadores, ou seja, o seu nome ou quaisquer outros elementos passíveis de o/a identificar não serão associado ao trabalho.

O guião do questionário é composto por **12 questões principais**. Ficaria muito agradecido se pudesse responder a todas. Contudo, se assim entender, pode optar por não responder a uma ou mais questões e poderá mesmo, a todo o momento, desistir de responder.

Como mencionado inicialmente neste questionário, as suas respostas são confidenciais e anónimas. Assim, e apenas para fins de caracterização dos participantes, gostaríamos que respondesse às seguintes questões sobre si.

___/___/2023

Aceito participar Não aceito participar

Guião de Entrevista

Secção 1- Perfil do Entrevistado

Q 1.1 Sexo

Feminino

Masculino

Q1.2. Idade

Menos de 18 anos

45 a 54 anos

18 a 24 anos

55 a 64 anos

25 a 34 anos

Mais de 64 anos

35 a 44 anos

Q1.3. Nível de ensino

- Ensino Primário
- Ensino Preparatório
- Ensino Secundário / Médio
- Ensino Superior
- Outro. Qual?

Q 1.4. Situação laboral atual

- Função que ocupa.

R:

- Responsabilidades na entidade/empresa.

R:

- Sector de atividade

R:

Secção 2. Situação da Economia de São Tomé e Príncipe



Q 2.1 - Como caracteriza a economia de STP relativamente às seguintes questões (respostas em escala de 1 a 5 (1: muito fraco; 5: muito bom))

Desemprego global		
Desemprego jovem		
Criação de emprego		
Políticas de promoção de emprego		

Secção 3- Situação do desemprego Jovem

Q 3.1- Como valoriza os diferentes tipo de desemprego que existem em São Tomé e Príncipe? (escala de 1 a 5; 1: muito fraco e 5 muito)

Valor atribuído

Desemprego sazonal	<input type="text"/>
Desemprego cíclico	<input type="text"/>
Desemprego estrutural.	<input type="text"/>

Justifique a tua resposta:

R:

Q 3.2- Na sua opinião, como valoriza as principais causas do desemprego juvenil?

A escola não prepara para o mundo de trabalho	
Falta de experiência	
Nível académico	
Salários baixos	
Pouca oferta de trabalho	
Falta de habilidade em áreas específicas	
Ineficácia das políticas de emprego	
Falta de um centro de acompanhamento dos jovens no mercado de trabalho	
Desigualdade de oportunidade	
Gravidez na adolescência	
Outros. Quais? _____	

Q 3.3- Em seu entender, qual o impacto que o desemprego jovem tem para a economia de São Tomé e Príncipe?

Valor atribuído:

1. Aumento da economia informal
2. Perda de receita fiscal
3. Perda de poder de compra
4. Aumento da Emigração
5. Abandono escolar
6. Delinquência (uso de drogas e furtos)
7. Aumento da pobreza
8. Perda de qualidade e hábitos de trabalho
9. Ofertas de emprego com baixos salários

Outros:

Secção 4-Políticas e medidas para o combate ao desemprego jovem

Q4.1- Considera que o atual ambiente empresarial em STP favorece a criação do emprego jovem e o conseqüente combate ao desemprego? Como?

R:

Q4.2- Identifique que medidas e políticas de emprego, o governo e os parceiros de desenvolvimento devem adotar para combater o desemprego jovem em STP?

R:

Q4.3- Os jovens em STP têm acesso a subsídios e financiamentos para a criação de emprego?

R:

Q4.4- Em que medida a criação do próprio emprego é uma forma eficiente de combate ao desemprego?

R:

Q 4.6- Qual a posição da direção do empreendedorismo perante o fenómeno desemprego jovem?

R:

Q 4.6.1- Considera que os mecanismos que existem para a formação dos jovens no sentido da promoção do próprio emprego são os adequados? Porquê?

R:

Q4.7- Qual a posição do Conselho Nacional da Juventude perante este fenómeno de desemprego jovem em STP?

R:

Q4.8- Que medidas o sindicatos dos trabalhadores deveria adotar mediante a situação do desemprego jovem em STP?

R:

Anexo 2 – Inquérito por questionário

Secção 1- Perfil do Inquirido

Q 1.1 Sexo

Feminino

Masculino

Q1.2. Idade

Menos de 18 anos

18 a 24 anos

25 a 34 anos

35 a 44 anos

45 a 54 anos

55 a 64 anos

Mais de 64 anos

Q1.3. Nível de ensino

Ensino Primário

Ensino Preparatório

Ensino Secundário / Médio

Ensino Superior

Outro. Qual?

Q1.4. Número de filhos (0,1, 2...) _____

Secção 2. Situação perante o trabalho e sua opinião sobre o desemprego jovem e STP

Q 2.1 – Qual a sua situação perante o emprego atualmente?

Estudante	
Trabalhador	
Estudante-Trabalhador	
A frequentar um curso de formação profissional	
Desempregado a procura do primeiro emprego	
Desempregado a procura do novo emprego	
Incapacidade para o trabalho	
Responsável pelas tarefas domésticas	
Desocupado (inativo que não trabalha, não procura emprego, não estuda e não está em formação)	
Outra situação. Qual? (Se espontâneo)	

Questões para quem trabalha atualmente

Q 2.2 – Numa escala de 1 á 5 qual foi a maior dificuldade ao entrar no mercado de trabalho?

1	2	3	4	5
Muito pouco provável	Pouco relevante	Neutro	Relevante	Muito relevante

Falta de experiência	
Pouca oferta de trabalho	
Nível académico	
Fato de não pertencer um partido político	
Concorrência acirrada	
Falta de domínio de habilidade específica	

Q 2.3- Se perdesse o seu trabalho como avaliaria a probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses?

1	2	3	4	5
Muito pequena	Pequena	Média	Grande	Muito grande

Q 2.4- Considera a hipótese de criar seu próprio emprego se ficasse sem emprego?

Sim, definitivamente	
Sim, provavelmente	
Não, provavelmente	
Não, definitivamente	
Não sei	

Questões para quem está atualmente desempregado

Assinale com uma cruz na opção que mais se identifique ao seu perfil, nas questões a seguir até Q2.6.

Q 2.4- Há quanto tempo está desempregado?

Menos de 6 meses	
Entre 6 meses e 1 ano	
Entre 1 de 2 anos	
Entre 2 e 3 anos	
Entre 3 a 4 anos	
Mais do que 4 anos	
Não sei	

Q 2.5- Qual é o seu principal meio de subsistência?

Subsídio de desemprego	
Outros apoios sociais	
Apoio dos familiares	
Rendimento próprio	
Trabalhos ocasionais	

Outro Qual? _____	
Não sei	

Q 2.6- O que está a fazer para sair da situação de desemprego? (Resposta múltipla)

Faz candidatura direta e espontânea	
Frequenta cursos de formação profissional	
Inscreveu-se no centro de emprego	
Prossegue seus estudos	
Procura seu próprio emprego	
Procura anúncio na internet/ redes sociais	
Pretende viajar	
Outro Qual? _____	

Utilize nas suas respostas os valores a seguir: (1= valor mínimo e 10= valor máximo):



Q 2.7- Na sua opinião, qual a principal causa do desemprego juvenil?

	Valores
A escola não prepara para o mundo de trabalho	
Falta de experiência	
Nível académico baixo	
Salários baixos	
Pouca oferta de trabalho	
Falta de habilidade em áreas específicas	
Ineficácia das políticas de emprego	
Falta de um centro de acompanhamento dos jovens no mercado de trabalho	
Desigualdade de oportunidade	
Gravidez na adolescência	

Outros. Quais? _____	
----------------------	--

Q 2.8- Qual o impacto que o desemprego jovem em seu entender, tem para a economia de São Tomé e Príncipe?

Valor atribuído:

10. Aumento da economia informal	<input type="text"/>
11. Perda de receita fiscal	<input type="text"/>
12. Perda de poder de compra	<input type="text"/>
13. Aumento da Emigração	<input type="text"/>
14. Abandono escolar	<input type="text"/>
15. Delinquência (uso de drogas e furtos)	<input type="text"/>
16. Aumento da pobreza	<input type="text"/>
17. Perda de qualidade e hábitos de trabalho	<input type="text"/>
18. Ofertas de emprego com baixos salários	<input type="text"/>

Outros: _____

Questões para ambos (empregados e desempregados)

Q 3.3- Porquê os jovens têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho?

Exemplos de dificuldades	Valores
Faltas de experiência	
Baixo nível académico	
Pouca oferta de trabalho	
Políticas de Emprego inadequadas	
Falta de incentivos por parte do governo	
Situação económica do país	
Pouca maturidade profissional	
Sistema de educação e formação profissional inadequado	
Fraca responsabilidade sobre a questão de desemprego em STT	

Q 3.4- Que medidas e políticas de emprego, o governo e os parceiros de desenvolvimento devem adotar para combater o desemprego jovem em STP?

Exemplos de Políticas / Medidas	Valores
Criar Políticas de promoção ao emprego	
Fortalecimento do sistema educacional e profissional	
Desenvolvimento de infraestruturas económicas e criação de empresas	
Desenvolvimento de formação/aprendizagem dos jovens menos qualificados	
Reforço da governação no setor de emprego	
Promoção de autoemprego e empreendedorismo dos jovens	
Desenvolvimento das capacidades produtivas do sector privado	
Dinamizar setores de agricultura e turismo	